

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3009

**OS EFEITOS DO MICROCRÉDITO
NA RENDA DOS BENEFICIÁRIOS:
ANÁLISE DO PROGRAMA CRESCER**

**NAPOLEÃO LUIZ COSTA DA SILVA
ALICE SACCARO
JÉSSICA FACIROLI**

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

**OS EFEITOS DO MICROCRÉDITO NA
RENDA DOS BENEFICIÁRIOS: ANÁLISE
DO PROGRAMA CRESCER**

NAPOLEÃO LUIZ COSTA DA SILVA¹

ALICE SACCARO²

JÉSSICA FACIROLI³

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diset/Ipea); e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). *E-mail*: napoleao.silva@ipea.gov.br.

2. Doutora em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail*: alice.sacccaro@ipea.gov.br.

3. Assistente de pesquisa na Diset/Ipea; e professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). *E-mail*: jessica.facirol@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

Silva, Napoleão Luiz Costa da

Os Efeitos do microcrédito na renda dos beneficiários : análise do Programa Crescer / Napoleão Luiz Costa da Silva, Alice Saccaro, Jéssica Facioli. – Brasília, DF: Ipea, 2024.

62 p. – (Texto para Discussão ; n. 3009).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

Programa Crescer. 2. Microcrédito. 3. Microempreendedores. 4. Formais. 5. Informais. 6. Renda. I. Saccaro, Alice. II. Facioli, Jéssica. III. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IV. Título.

CDD 332.3

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

SILVA, Napoleão Luiz Costa da; SACCARO, Alice; FACIOLI, Jéssica. **Os efeitos do microcrédito na renda dos beneficiários:** análise do Programa Crescer. Brasília, DF : Ipea, jun. 2024. 62 p. (Texto para Discussão, n. 3009). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3009-port>

JEL: H8; C01; I3.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3009-port>

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos).

Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO	6
2 ARCABOUÇO INSTITUCIONAL	7
2.1 Evidências empíricas	7
2.2 Programa Crescer	10
3 VARIÁVEIS E ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS	21
3.1 Descrição das variáveis	21
3.2 Estatísticas descritivas	23
4 ABORDAGEM EMPÍRICA.....	29
5 RESULTADOS	30
5.1 Estimações econométricas	30
5.2 Retornos econômicos	33
6 CONCLUSÃO	36
7 RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	37
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A	44

SINOPSE

O Programa Crescer é um subprograma no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), considerado uma política de microcrédito destinada aos microempreendedores formais e informais de baixa renda. Nesse sentido, fornece crédito sem garantias, com taxas de juros subsidiados pelo governo federal, e vigência de 2011 a 2014. Sob a agenda de concessão de crédito de pequenos valores para empreendedores desassistidos e para pequenas unidades produtivas, este estudo propõe verificar o efeito e a viabilidade econômica do Programa Crescer nas rendas das pessoas beneficiárias, utilizando informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) dos períodos de 2010 a 2019. Para alcançar os objetivos, são utilizados os métodos de *propensity score matching* com diferenças (diferenças e análise do custo-benefício). Os resultados demonstraram que, após a vigência do Programa Crescer, o efeito na renda dos indivíduos variou de 6,37% em 2015 a 5,42% em 2019, em relação ao retorno econômico, para o subconjunto de indivíduos pertencentes ao Cadastro Único, o que foi positivo e elevado. Conclui-se que os benefícios de elevação da renda dos indivíduos foram superiores aos custos em termos de subsídios de juros nos empréstimos.

Palavras-chave: Programa Crescer; microcrédito; microempreendedores; formais; informais; renda.

ABSTRACT

The Programa Crescer is a sub-program under the Programa Nacional de Microcredito Produtivo Orientado (PNMPO), considered a microcredit policy aimed at low-income formal and informal micro-entrepreneurs, providing credit without collateral and with interest rates subsidized by the Governo Federal, in force from 2011 to 2014. Under the agenda of granting small amounts of credit to unassisted entrepreneurs and small production units, this study aims to verify the effect and economic viability of the Grow Program on the incomes of beneficiaries, using information from the Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) between the periods 2010 to 2019. The Propensity Score Matching with Differences – Differences and cost-benefit analysis methods were used to achieve the objectives. The results showed that after the Programa Crescer came into force, the effect on individuals' incomes varied from 6.37% in 2015 to 5.42% in 2019, about the economic return, for the subset of individuals belonging to Cadastro Único, it was positive and high, concluding that the benefits in terms of raising individuals' incomes were higher than the costs in terms of interest subsidies on loans.

Keywords: Crescer Program; microcredit; micro-entrepreneurs; formal; informal; income.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras experiências de microcrédito no Brasil de que se tem notícia ocorreram na década de 1970, nas cidades de Salvador e Recife, por meio da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações. Na década de 1980, surgiu maior quantidade de programas de microcrédito, alguns filiados a instituições internacionais, como o Woman's World Banking e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nos anos 1990, foram criados os primeiros programas públicos de microcrédito. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou, em 1996, o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), e em 1997 o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) criou o CrediAmigo. Em 2003, o governo federal determinou que os bancos poderiam utilizar até 2% do depósito compulsório como capital para financiar as operações de microcrédito produtivo e orientado. Já em 2005, foi estabelecido o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e, em 2011, o Programa Crescer (Microcrédito..., 2016). A partir da criação do PNMPO, percebe-se grande expansão dessa modalidade do crédito, em especial na quantidade de recursos, o que torna importante analisar o impacto dos efeitos desse tipo de programa na sociedade.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o impacto do Programa Crescer na renda dos indivíduos contemplados. Para tanto, são utilizados microdados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal¹ (Cadastro Único) referentes a 2010, 2015 e 2019. Além disso, são considerados microdados do Programa Crescer de 2011 a 2014. Para realizar a análise proposta, foram empregados os métodos de *propensity score matching* (PSM) e diferenças em diferenças. O principal resultado encontrado é o de que a renda média dos atendidos pelo programa teve aumento superior a 5% na maioria dos períodos considerados.

Este estudo busca então contribuir para esse campo de pesquisa ao analisar os efeitos do programa mesmo depois de seu encerramento. Além disso, contribui também ao empregar técnicas econométricas mais avançadas. Com o emprego do *propensity score matching*, encontra-se um grupo de controle apropriado para avaliação. Já com

1. O Cadastro Único consiste em informações sobre famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas que possam promover melhorias nas condições de vida desses indivíduos. Podem estar inscritos no Cadastro Único famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que recebam até três salários mínimos de renda mensal total. Ele é usado como base para a seleção de indivíduos e famílias que podem participar de diversos programas, como o Bolsa Família, o Programa de Cisternas, o Programa Brasil Carinhoso, entre outros. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 17 ago. 2020.

o diferenças em diferenças, consegue-se analisar os efeitos do Programa Crescer na renda dos indivíduos, o que é acompanhado antes e depois da criação desse programa.

O texto está dividido em outras seis seções, além desta introdução. Na seção dois, é apresentada uma breve literatura sobre microcrédito, tanto para o caso brasileiro quanto para o de outros países. Na seção três, apresentam-se algumas estatísticas descritivas gerais dos dados do Cadastro Único e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a população dos municípios por ano. Na seção quatro, demonstram-se as estatísticas descritivas das amostras selecionadas para a análise. Na seção cinco, são apresentados os principais resultados, separados pelas estimações econométricas e os retornos econômicos. Na seção seis, está a conclusão. Na seção sete, verificam-se as recomendações para o aperfeiçoamento do PNMPO.

2 ARCABOUÇO INSTITUCIONAL

2.1 Evidências empíricas

O microcrédito pode ser definido como o crédito para microempreendedores de baixa renda, fornecido sem garantias reais, que gera mecanismo de combate à pobreza e à exclusão social (Constanzi, 2002). Uma das principais características desses programas é o valor médio muito reduzido das operações. A ausência de garantias também é uma das vantagens dessa modalidade, dado que as exigências de colaterais, em geral, limitam o acesso da população de renda mais baixa ao crédito. Contudo, de acordo com Banerjee, Karlan e Zinman (2015), a concessão de microcrédito para empreendedores desassistidos, como forma de promover o desenvolvimento econômico, ainda é um tema polêmico, sendo defendido por alguns autores e criticado por outros.

Os programas de microcrédito são comuns em países em desenvolvimento. Nesse cenário, Khandker (1998) analisou o caso de 1.798 domicílios em Bangladesh e observou que as residências lideradas por mulheres eram mais propensas a participar desse tipo de programa, enquanto as mais pobres apresentavam chances menores. Ser contemplado com essa modalidade de crédito promoveu aumento no consumo *per capita* dos domicílios chefiados por mulheres e na escolaridade das crianças. Por fim, verificou-se que a produção e o consumo aumentaram devido ao microcrédito.

No caso do Peru, Tedeschi (2008) avaliou o MiBanco com dados do Assessing the Impact of Microenterprise Services (AIMS Project), da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Através da utilização de diversos métodos econométricos, os autores observaram que microempresários contemplados com essa modalidade de crédito apresentaram lucros maiores do que os demais.

Crépon *et al.* (2015) analisaram os efeitos da concessão de microcrédito em áreas rurais no Marrocos. A partir do emprego de experimento aleatório, os autores avaliaram os efeitos dessa medida em diferentes indicadores. A receita oriunda de atividades autônomas, no geral, aumentou, mas o efeito é heterogêneo entre os diferentes *quantis* da amostra. Nos de maior receita, é elevada e significativa, enquanto, nos mais baixos, é negativa e também possui significância estatística. Além disso, tem-se uma queda em gastos não essenciais e no consumo. Porém, enquanto o primeiro fator tem significância estatística, o segundo não o tem.

Para o contexto brasileiro, Zancanella *et al.* (2009) exploraram a contribuição do microcrédito produtivo como forma de promover o desenvolvimento da região de Viçosa-MG. Mediante o emprego de análise fatorial e *clusters*, os autores identificaram limitações para democratizar o crédito, uma vez que a burocracia e as taxas de juros ainda são vistas como barreiras que dificultam o acesso aos recursos.

Soares, Barreto e Azevedo (2011) buscam avaliar os condicionantes da saída da pobreza com o CrediAmigo, do BNB, pelo emprego de um modelo logístico de probabilidade. Os resultados encontrados indicam que os indivíduos que apresentam maior capital humano e dotações produtivas têm maior probabilidade de sair da pobreza. Ademais, apontam que a velocidade média de saída da pobreza ficou entre 6% e 8% ao ano (a.a.) durante os cinco primeiros anos do programa.

Andrade, Binotto e Siqueira (2011) verificam como o microcrédito pode potencializar negócios informais a partir do ponto de vista da saúde financeira dos empreendimentos. Para tanto, utilizam dados de tomadores dessa modalidade de empréstimo em bairros na cidade de Lages-SC, obtidos do Banco da Família. Foi realizada análise comparativa entre tomadores e não tomadores do benefício com base no uso de métodos quantitativos e qualitativos. Os autores verificaram que a maior parte dos donos de negócios são mulheres casadas e indivíduos com idades entre 39 e 58 anos. A análise da situação econômica e financeira demonstra que o microcrédito leva a um aumento no lucro líquido e nas receitas, assim como no capital circulante líquido.

Braga (2011) busca avaliar o PNMPPO através do CrediAmigo. A autora analisa qual é a eficácia do programa para inserir no mercado de crédito formal partes da população do setor informal de baixa renda. Para essa finalidade, são utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do próprio BNB. Como conclusões, observa-se que o não reconhecimento dos diferentes setores que compõem o setor informal acaba tornando o programa ineficaz, já que os trabalhadores mais pobres não são priorizados na concessão do benefício.

Sampaio (2014), além de analisar o quadro normativo do PNMPO como instrumento de desenvolvimento e de superação da pobreza, apresenta resultados de uma pesquisa empírica com 273 entrevistados, de todas as regiões do país. Como resultado, verifica-se que o programa possui efeitos limitados na superação da pobreza, e apenas uma porção pequena dos segmentos de baixa renda é alcançada. Além disso, os dados não apontam percepção de maior liberdade de escolhas e empoderamento por parte de quem recebeu o crédito. Porém, deve-se ressaltar que esse programa contribui para a elevação da renda familiar nos segmentos de extrema pobreza e de baixa renda.

Ferreira (2018) busca avaliar o PNMPO por meio da aplicação de modelos de painel com efeitos fixos e aleatórios. Entre os resultados, encontra-se uma correlação positiva entre o volume de crédito total concedido e o índice de renda e emprego do município, mas os resultados econométricos são inconclusivos. Um dos motivos apontados para tanto é que não há disponibilidade expressiva de dados sobre o programa.

Silveira, Cordeiro e Gonçalves (2018) buscam identificar escores de eficiência social e financeira de instituições que concedem microcrédito no Brasil. Com esse objetivo, fazem uso de um modelo de análise envoltória de dados para 2008, 2011 e 2014. Como resultado, identificam que algumas instituições apresentaram os dois tipos de eficiência para todos os anos e que, devido à importância no contexto brasileiro, elas permitem condição de equilíbrio na oferta de microcrédito, tanto no enfoque financeiro quanto no social.

Fraga, França e Bagolin (2018) verificam o efeito da Lei Complementar nº 128, que criou a categoria de microempreendedores individuais (MEIs), na demanda por microcrédito. Dessa forma, o estudo visa observar o impacto da lei sobre a procura por microcrédito em 2014. Através do método de PSM, demonstraram que os MEIs apresentam mais chances de buscar microcrédito do que aqueles não formalizados. Concluíram, portanto, que a legalização proporciona maior rapidez e facilidade no acesso a empréstimos.

Alguns estudos tratam especificamente do Programa Crescer. Pereira e Souza (2017) têm por objetivo entender o seu funcionamento, buscando, entre outros pontos, compreender as maiores dificuldades de execução. O método utilizado é classificado como uma pesquisa qualitativa-descritiva, em que são realizadas entrevistas com alguns dos bancos ofertantes dessa modalidade de microcrédito. Como conclusão, pode-se afirmar que o programa apresenta menos processos burocráticos do que outras linhas de financiamento. Ademais, está mais concentrado nas regiões Norte e Nordeste e incorre em maior facilidade de operacionalização por parte dos bancos.

Santos *et al.* (2019) analisam os efeitos do Programa Crescer no desempenho social e financeiro das cooperativas de crédito. Para realizar a análise proposta, os autores aplicam um modelo de diferenças em diferenças e fazem o uso de dados do Banco Central do Brasil, de 2008 a 2014. Quanto aos principais resultados, entre os indicadores analisados da rentabilidade dessas cooperativas – em comparação com as demais –, apenas a rentabilidade da carteira de crédito se reduziu no período pós-tratamento para as que lidam com microcrédito. Quanto aos indicadores sociais, os autores encontram resultados positivos e com significância estatística para valor da carteira de crédito, número total de clientes e total de operações de crédito, ou seja, tais resultados sugerem que o Programa Crescer promoveu elevação significativa de número de clientes, volume de crédito e número de operações das cooperativas que trabalham com microcrédito.

2.2 Programa Crescer

O PNMPO foi criado pela Medida Provisória (MP) nº 226, de 29 de novembro de 2004, e, no ano seguinte, foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Ele tinha os seguintes objetivos: i) incentivar a geração de trabalho e a renda entre os microempreendedores populares; ii) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e iii) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional para a prestação de serviços aos empreendedores populares (Brasil, 2004; 2005). Para isso, tal iniciativa possui como principais características o enfoque no microcrédito destinado para o fomento de pequenas unidades produtivas e a utilização da figura do agente de crédito, que realizaria visitas às empresas populares para analisar a utilização e a adequação do crédito com a finalidade de evitar a inadimplência e o endividamento excessivos. Os recursos seriam oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)² e de parcela dos recursos de depósitos bancários à vista. No primeiro momento, os beneficiários do PNMPO foram pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, e o valor do faturamento anual das empresas deveria ser de até R\$ 100 mil, podendo ser ampliado para R\$ 200 mil (Brasil, 2004; 2005).

2. Segundo Amorim *et al.* (2012), o FAT refere-se a um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego para custear o programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial, e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. De acordo com os referidos autores, o FAT contém as seguintes fontes de arrecadação: o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep); os encargos devidos pelos contribuintes; a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo; o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade; entre outros.

Dessa forma, o microcrédito produtivo orientado é concedido para o atendimento das necessidades de recursos de pessoas jurídicas e físicas empreendedoras atuantes em atividades produtivas de pequeno porte, o que ocorre através do uso de métodos baseados no relacionamento direto com os empreendedores no local da atividade econômica. Considera-se ainda que o atendimento deve ser realizado por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e oferecer orientação educativa sobre o planejamento do negócio, de forma a definir as necessidades de crédito e de gestão direcionadas para o desenvolvimento do empreendimento. Ademais, o contato com o empreendedor deve ser mantido durante o contrato, para seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como para o crescimento e a sustentabilidade da atividade econômica. As condições do crédito e o valor devem ser definidos após a avaliação da atividade e também da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos³ (Microcrédito..., 2016).

A partir da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, o programa passa a contar com duas novas fontes de recursos, que complementam as anteriores. A primeira consiste no orçamento geral da União ou dos fundos constitucionais de financiamento, somente quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural efetuadas por agricultores familiares no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A segunda diz respeito a outras fontes alocadas para o PNMPO por instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado (Brasil, 2010).

Com a Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012, passou-se a limitar a subvenção a R\$ 500 milhões por ano. O programa é concedido a instituições financeiras relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003; aos bancos de desenvolvimento e às agências de fomento de que trata a MP nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001 (Brasil, 2012). A Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, permitiu a participação, no PNMPO, de pessoas naturais e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas rurais e urbanas, apresentadas de maneira coletiva ou individual. O enquadramento dos participantes tem por critério a receita bruta dos beneficiários, ficando limitada a R\$ 200 mil anuais. O primeiro contato com os microempresários se dá de forma presencial. Em seguida, é admitido o uso de tecnologias eletrônicas e digitais que substituam o contato presencial (Brasil, 2018).

As entidades que estão autorizadas a participar ou operar o PNMPO são: i) a Caixa Econômica Federal; ii) o BNDES; iii) bancos comerciais; iv) bancos múltiplos

3. Disponível em: [https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/negocios-sociais/microcredito-produtivo-orientado#/. Acesso em: 1º abr. 2020.](https://www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/negocios-sociais/microcredito-produtivo-orientado#/)

com carteira comercial; e v) bancos de desenvolvimento. Além destes, cabe destacar ainda: cooperativas centrais de crédito; cooperativas singulares de crédito; agências de fomento; sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte; organizações da sociedade civil de interesse público; agentes de crédito constituídos como pessoas jurídicas, nos termos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); e *fintechs*, assim entendidas as sociedades que prestam serviços financeiros, inclusive operações de crédito, por meio de plataformas eletrônicas (Brasil, 2018).

Em 2011 foi lançado um subprograma do PNMPO, denominado de Programa Crescer, que vigorou entre 2011 e 2014. Para implementá-lo, o PNMPO passou por mudanças promovidas pelo governo federal por meio da MP nº 543, de 24 de agosto de 2011, a qual determinou que a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, passasse a vigorar com a inclusão de novos artigos. Nesse sentido, definiu que a União ficava autorizada a conceder subvenção econômica a instituições financeiras para a contratação e o acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. Ademais, definiu que essa subvenção ficaria limitada a R\$ 500 milhões por ano. Em seguida, foi lançada a MP nº 554, de 23 de dezembro de 2011, que promoveu novas alterações na lei do microcrédito de 2005. Além do limite do valor da subvenção, que continuou igual ao da MP anterior, definiu-se que essa subvenção seria concedida aos bancos de desenvolvimento, às agências de fomento que constam na MP nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, às instituições financeiras relacionadas no art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e a outras instituições elencadas no documento. Determinou-se também que caberia ao Ministério da Fazenda estabelecer normas operacionais e condições para o pagamento da subvenção e definir os limites anuais dessa subvenção para cada instituição, entre outras questões. No começo do ano seguinte, essa última MP foi convertida na Lei nº 12.666, de 2012 (Brasil, 2011a; 2011b; 2012).

O Programa Crescer concedia microcrédito para o microempreendedor com faturamento bruto anual de até R\$ 120 mil, cujas condições consistiam em taxa de juros de 5% a.a., taxa de abertura de crédito de 1% sobre o valor financiado e valor máximo por operação de R\$ 15 mil, enquanto o PNMPO tinha o valor máximo de financiamento por operação de R\$ 15 mil, taxas de juros de até 4% ao mês e taxa de abertura de crédito de até 3% sobre o valor financiado. Porém, a partir da publicação da Portaria nº 466, de 10 de novembro de 2014, o Ministério da Fazenda determinou os limites de subvenção econômica para as instituições financeiras no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014. Desde então, nenhuma outra portaria foi publicada para informar quais instituições estavam habilitadas a operar nem qual seria o valor da subvenção econômica do Programa Crescer. A

TEXTO para DISCUSSÃO

MP nº 543, alterada pela MP nº 554, não revogou a Lei nº 11.110/2005. Assim, o PNMPO continuou a existir com as respectivas regras. As instituições apenas devem observar as regras da referida MP caso desejem fazer jus à subvenção nela prevista (Microcrédito..., 2016).

Na tabela 1, são apresentados os empréstimos concedidos por setor de atividade, de acordo com a versão 2.0 da CNAE. Para montá-la, foi utilizada a forma mais agregada, com um dígito. Percebe-se que os empréstimos estão fortemente concentrados na seção que compreende as atividades ligadas a comércio e reparação de veículos. Ao se analisarem os dados de forma mais desagregada, observa-se que 8,4 milhões de empréstimos concedidos para essa área ao longo dos quatro anos do programa, em termos proporcionais, correspondem a 73,24%. Em contrapartida, a área com menor empréstimo concedido refere-se à administração pública, à defesa e à seguridade social, em que a soma total dos anos, com 390 empréstimos, em termos proporcionais, corresponde a 0,003%.

Nas tabelas A.1, A.2 e A.3, contidas no apêndice A, é apresentada com maior nível de desagregação a quantidade de empréstimos concedidos para cada atividade. Na CNAE *comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*, a atividade mais contemplada é a de *comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente, e produtos usados*, seguida de *comércio varejista de alimentos, bebidas e fumo*. Além disso, percebe-se crescimento expressivo para a categoria *comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista*, que passou de 1,91% em 2011 para 28,60% em 2014. Para a CNAE *outras atividades e serviços*, 47,20% dos empréstimos foram concedidos para a classe que compreende cabeleireiros e outras atividades de tratamentos de beleza. Por fim, em *atividades administrativas e serviços complementares*, a subseção *limpeza em prédios e em domicílios* foi responsável por 77,16% do crédito concedido.

A seguir, na tabela 2, são apresentados os valores disponibilizados para cada seção da CNAE. Eles estão deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em valores de 2014. Na tabela 1, percebe-se forte concentração na quantidade de empréstimos para algumas atividades, e os valores concedidos estão mais distribuídos entre as diferentes seções. As áreas que foram mais contempladas ainda são as de *comércio, reparação de veículos automotores e bicicletas* (em termos proporcionais, representa 66,27%) e *outras atividades e serviços* (em proporção, representa 9,04%). Contudo, a terceira mais contemplada, em termos de valores, é a de *serviços domésticos*.

TABELA 1**Quantidade de empréstimos concedidos por setor da CNAE (2011-2014)**

Setor de atividade	2011	2012	2013	2014	Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	31.606	6.355	7.788	8.587	54.336
	(5,21%)	(0,20%)	(0,16%)	(0,29%)	(0,47%)
Indústrias extrativas	168	91	166	216	641
	(0,028%)	(0,003%)	(0,003%)	(0,007%)	(0,006%)
Indústrias de transformação	12.505	82.085	114.182	81.985	290.757
	(2,06%)	(2,62%)	(2,38%)	(2,78%)	(2,53%)
Eletricidade e gás	58	58	27	31	174
	(0,0096%)	(0,0019%)	(0,0006%)	(0,001%)	(0,0015%)
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	61	1.612	2.131	929	4.733
	(0,01%)	(0,05%)	(0,04%)	(0,03%)	(0,04%)
Construção	3.162	60.383	99.649	64.732	227.926
	(0,52%)	(1,93%)	(2,08%)	(2,19%)	(1,99%)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	511.703	2.477.242	3.438.689	1.977.852	8.405.477
	(84,35%)	(79,22%)	(71,80%)	(66,98%)	(73,24%)
Transporte, armazenagem e correio	8.567	76.711	124.922	103.226	313.435
	(1,41%)	(2,45%)	(2,61%)	(3,50%)	(2,73%)
Alojamento e alimentação	8.840	75.866	69.070	41.443	195.219
	(1,46%)	(2,43%)	(1,44%)	(1,40%)	(1,70%)
Informação e comunicação	1.190	5.949	12.590	8.754	28.483
	(0,20%)	(0,19%)	(0,26%)	(0,30%)	(0,25%)
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	59	119	2.403	3.215	5.796
	(0,010%)	(0,004%)	(0,05%)	(0,11%)	(0,05%)
Atividades imobiliárias	112	977	4.476	667	6.232
	(0,02%)	(0,03%)	(0,09%)	(0,02%)	(0,05%)
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.584	18.981	36.539	31.145	88.245
	(0,26%)	(0,61%)	(0,76%)	(1,05%)	(0,77%)

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Setor de atividade	2011	2012	2013	2014	Total
Atividades administrativas e serviços complementares	2.411	50.249	244.697	125.246	422.603
	(0,40%)	(1,61%)	(5,11%)	(4,24%)	(3,68%)
Administração pública, defesa e seguridade social	115	13	22	240	390
	(0,02%)	(0,00%)	(0,00%)	(0,01%)	(0,003%)
Educação	1.848	22.874	53.092	53.596	131.410
	(0,30%)	(0,73%)	(1,11%)	(1,81%)	(1,15%)
Saúde humana e serviços sociais	203	502	686	1.320	2.711
	(0,03%)	(0,02%)	(0,01%)	(0,04%)	(0,02%)
Artes, cultura, esporte e recreação	2.038	21.702	38.387	30.885	93.012
	(0,34%)	(0,69%)	(0,80%)	(1,05%)	(0,81%)
Outras atividades de serviços	17.886	189.770	413.678	283.349	904.683
	(2,95%)	(6,07%)	(8,64%)	(9,60%)	(7,88%)
Serviços domésticos	2.509	35.542	125.941	135.612	299.604
	(0,41%)	(1,14%)	(2,63%)	(4,59%)	(2,61%)
Não declarado	0	5	83	12	100
	(0,00%)	(0,0001%)	(0,0017%)	(0,0004%)	(0,0008%)
Total	606.625	3.127.082	4.789.218	2.953.042	11.475.967

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

Obs.: As porcentagens dizem respeito aos empréstimos em relação aos valores totais de cada coluna.

TABELA 2

Valor total dos empréstimos concedidos por seção da CNAE (2011-2014)

Setor de atividade	2011	2012	2013	2014	Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura (R\$ 1 milhão)	34,2	16,9	17,5	36,1	104,7
	(21,74%)	(0,42%)	(0,26%)	(0,68%)	(0,65%)
Indústrias extrativas (R\$ 1 milhão)	0,22	0,236	0,36	1	1,815
	(0,14%)	(0,01%)	(0,01%)	(0,02%)	(0,01%)
Indústrias de transformação (R\$ 1 milhão)	23,5	133	180	202	538,5

(Continua)

(Continuação)

Setor de atividade	2011	2012	2013	2014	Total
	(14,94%)	(3,30%)	(2,69%)	(3,82%)	(3,33%)
Eletricidade e gás (R\$ 1 milhão)	0,06	0,06	0,04	0,11	0,28
	(0,04%)	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (R\$ 1 milhão)	0,17	1,7	2,66	2,22	6,74
	(0,11%)	(0,04%)	(0,04%)	(0,04%)	(0,04%)
Construção (R\$ 1 milhão)	6,9	86,9	134	149	376,8
	(4,39%)	(2,15%)	(2,00%)	(2,81%)	(2,33%)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (R\$ 1 milhão)	0,5	3.010	4.570	3.140	10.720
	(0,32%)	(74,64%)	(68,29%)	(59,31%)	(66,27%)
Transporte, armazenagem e correio (R\$ 1 milhão)	17,3	123	198	240	578,3
	(11,00%)	(3,05%)	(2,96%)	(4,53%)	(3,58%)
Alojamento e alimentação (R\$ 1 milhão)	14,2	99,5	109	76,9	299,6
	(9,03%)	(2,47%)	(1,63%)	(1,45%)	(1,85%)
Informação e comunicação (R\$ 1 milhão)	3,43	11,4	23,2	23	61,03
	(2,18%)	(0,28%)	(0,35%)	(0,43%)	(0,38%)
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (R\$ 1 milhão)	0,3	0,6	4,9	11,8	17,6
	(0,19%)	(0,01%)	(0,07%)	(0,22%)	(0,11%)
Atividades imobiliárias (R\$ 1 milhão)	0,4	3	10,1	1,9	15,5
	(0,25%)	(0,07%)	(0,15%)	(0,04%)	(0,10%)
Atividades profissionais, científicas e técnicas (R\$ 1 milhão)	6,3	53,9	82,8	101	244
	(4,01%)	(1,34%)	(1,24%)	(1,91%)	(1,51%)
Atividades administrativas e serviços complementares (R\$ 1 milhão)	6,8	90,6	403	210	710,4
	(4,32%)	(2,25%)	(6,02%)	(3,97%)	(4,39%)

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Setor de atividade	2011	2012	2013	2014	Total
Administração pública, defesa e seguridade social (R\$ 1 milhão)	0,17	0,029	0,062	0,722	0,983
	(0,11%)	(0,001%)	(0,001%)	(0,014%)	(0,006%)
Educação (R\$ 1 milhão)	6,18	40,9	92,3	152	291,4
	(3,93%)	(1,01%)	(1,38%)	(2,87%)	(1,80%)
Saúde humana e serviços sociais (R\$ 1 milhão)	0,364	1,674	2,096	6,729	10,863
	(0,23%)	(0,04%)	(0,03%)	(0,13%)	(0,07%)
Artes, cultura, esporte e recreação (R\$ 1 milhão)	4,6	28,1	45,7	66	144,4
	(2,92%)	(0,70%)	(0,68%)	(1,25%)	(0,89%)
Outras atividades de serviços (R\$ 1 milhão)	28	254	564	617	1.463
	(17,80%)	(6,30%)	(8,43%)	(11,65%)	(9,04%)
Serviços domésticos (R\$ 1 milhão)	3,8	77,4	252	257	590,2
	(2,42%)	(1,92%)	(3,77%)	(4,85%)	(3,65%)
Total (R\$ 1 milhão)	157,3	4.032,8	6.691,7	5.294,4	16.176,1

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

Obs.: As porcentagens dizem respeito aos empréstimos em relação aos valores totais de cada coluna.

Outras seções, como as de artes, cultura e recreação, bem como as de educação e de atividades profissionais, científicas e técnicas, receberam valores consideráveis ao longo dos anos, apesar de haver poucos contratos de microcrédito nessas atividades. Na tabela A.4, são apresentados os valores médios dos empréstimos para cada CNAE por ano. Percebe-se que eles variam ao longo do período: enquanto o maior valor médio de 2011 era da CNAE *atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*, com R\$ 6.999,33, em 2014 passou para R\$ 3.683,59. No geral, percebe-se que os valores médios emprestados são baixos – eles variam entre R\$ 1.227,00 e R\$ 6.999,33.

A tabela 3 apresenta a quantidade de empréstimos concedidos por município e ano. O município da base de dados refere-se à localidade da agência bancária que concedeu o empréstimo. Em primeiro lugar, pode-se observar o avanço no volume dos empréstimos ao longo do tempo. No primeiro ano, houve 606.625 concessões, em face de 3.127.082 no segundo ano. Uma possível explicação para esse baixo volume no primeiro ano pode ser porque a lei que define a implementação foi publicada na metade do primeiro ano do programa. O auge, no que se refere à quantidade de empréstimos

concedidos, ocorreu em 2013, momento em que foram registradas 4.789.219 operações de crédito. No último ano, esse programa sofreu redução de aproximadamente 40%, e 2.953.048 empréstimos foram concedidos. Além disso, também é apresentada a quantidade de municípios beneficiados pelo programa. Percebe-se que houve maior quantidade de cidades atendidas em 2012, no segundo ano do programa, com 3.668 localidades. No ano seguinte, ocorre queda de 6,87%. Entre os anos de 2013 e 2014, houve pequeno crescimento de 1,81% no número de municípios contemplados.

Para o primeiro ano, pode-se observar que, das aproximadamente 606.625 operações de microcrédito, 57.459 concentraram-se em Fortaleza, no Ceará (ou seja, 9,47%). Esse predomínio de Fortaleza se mantém ao longo dos anos, sendo a cidade mais beneficiada. Porém, a participação vai decaindo com o tempo. Para os demais anos, os contratos de crédito realizados nessa cidade foram de 8,05%, 6,40% e 5,48% em 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

TABELA 3**Quantidade de operações de microcrédito: por município (2011-2014)**

2011		2012		2013		2014	
Município	Operações de microcrédito	Município	Operações de microcrédito	Município	Operações de microcrédito	Município	Operações de microcrédito
Fortaleza-CE	57.459	Fortaleza-CE	251.575	Fortaleza-CE	306.821	Fortaleza-CE	161.951
Teresina-PI	16.346	Teresina-PI	70.392	São Paulo-SP	156.969	São Paulo-SP	127.296
Itapipoca-CE	15.941	Itapipoca-CE	63.801	Rio de Janeiro-RJ	101.154	Rio de Janeiro-RJ	67.274
Maracanaú-CE	13.166	Maracanaú-CE	61.363	Teresina-PI	86.117	Teresina-PI	51.397
Juazeiro do Norte-CE	12.601	Juazeiro do Norte-CE	51.407	Itapipoca-CE	72.031	Brasília-DF	44.007
Parnaíba-PI	10.348	São Paulo-SP	48.996	Maracanaú-CE	68.483	Belo Horizonte-MG	40.204
Campina Grande-PB	9.439	Campina Grande-PB	45.634	Juazeiro do Norte-CE	55.388	Itapipoca-CE	37.826
Crato-CE	8.777	Maceió-AL	38.363	Campina Grande-PB	53.960	Maracanaú-CE	33.409
Sobral-CE	8.739	Crato-CE	37.963	Sobral-CE	49.904	Campina Grande-PB	29.977
Maceió-AL	8.647	Sobral-CE	37.617	Maceió-AL	47.282	São Luís-MA	29.464
Crateús-CE	7.703	Rio de Janeiro-RJ	37.160	São Luís-MA	47.035	Salvador-BA	28.831
Imperatriz-MA	7.267	Parnaíba-PI	36.806	Belo Horizonte-MG	43.727	Natal-RN	26.637
São Luís-MA	6.942	São Luís-MA	33.619	Brasília-DF	42.071	Recife-PE	25.828
Senhor do Bonfim-BA	6.637	Crateús-CE	31.282	Parnaíba-PI	40.536	Sobral-CE	23.314
Feira de Santana-BA	6.329	Imperatriz-MA	30.192	Crato-CE	39.219	Juazeiro do Norte-CE	21.753
Total de operações	606.625	Total de operações	3.127.082	Total de operações	4.789.219	Total de operações	2.953.048
Total de municípios atendidos	2.830	Total de municípios atendidos	3.668	Total de municípios atendidos	3.416	Total de municípios atendidos	3.478

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

TEXTO para DISCUSSÃO

Percebem-se outras mudanças nos empréstimos do Programa Crescer ao longo desse período de quatro anos. Enquanto em 2011 os quinze municípios mais beneficiados estavam no Nordeste, e na maioria dos casos não eram capitais, percebe-se cenário diferente em 2014. Em 2011, apenas quatro capitais apareciam na lista dos quinze municípios com mais contratos de crédito; já no último ano, havia dez. Em 2014, entre as cidades mais contempladas, quatro não estavam no Nordeste, e a segunda e a terceira mais contempladas (São Paulo e Rio de Janeiro) estavam no Sudeste. A quinta colocada, Brasília, está no Centro-Oeste. Por fim, no que se refere aos municípios que não são capitais, no geral, os que aparecem no final do período também aparecem nos demais anos.

A tabela 4 apresenta a proporção de empréstimos por habitante e por município. Para tanto, além dos microdados do Programa Crescer, foram utilizados dados do IBGE referentes à estimativa da população dos municípios para os anos de 2011 a 2014. Em primeiro lugar, nota-se que os municípios com mais operações de crédito e os com maior proporção de crédito pela população são distintos. Enquanto os primeiros consistem, na maioria dos casos, em cidades de grande porte, há maior proporção de crédito por habitante em cidades de menor porte. No primeiro ano, a maior proporção encontrada foi no município de Batalha, no estado de Alagoas. Nesse caso, a cidade contou com 3.734 operações de crédito e tinha 17.251 habitantes.

Ao longo dos próximos dois anos, alguns municípios passaram a contar com forte presença do programa. Jardim do Seridó, no Rio Grande do Norte, apresentou as maiores proporções de empréstimos pela quantidade de habitantes. Em 2013, essa proporção chegou a ser de 110,02%, ou seja, a quantidade de empréstimos foi maior do que o tamanho da população. Existem, a princípio, duas hipóteses possíveis para esse resultado: a primeira é a de que pessoas de outros municípios buscaram crédito nessa localidade, enquanto a segunda é a de que indivíduos pegaram mais de um empréstimo por ano.

TABELA 4

Proporção de empréstimos: por número de habitantes e município (2011-2014) (Em %)

2011		2012		2013		2014	
Município	Proporção de empréstimo por número de habitantes	Município	Proporção de empréstimos por número de habitantes	Município	Proporção de empréstimos por número de habitantes	Município	Proporção de empréstimos por número de habitantes
Batalha-AL	21,65	Jardim do Seridó-RN	93,27	Jardim do Seridó-RN	110,02	Jardim do Seridó-RN	46,93
Água Branca-PI	20,68	Batalha-AL	91,84	Batalha-AL	98,72	Batalha-AL	46,20
Sumé-PB	20,17	Sumé-PB	91,11	Sumé-PB	92,77	Sumé-PB	45,48
Jardim do Seridó-RN	20,08	Itaporanga-PB	78,51	Nova Russas-CE	91,10	Nova Russas-CE	45,32

(Continua)

(Continuação)

2011		2012		2013		2014	
Município	Proporção de empréstimo por número de habitantes	Município	Proporção de empréstimos por número de habitantes	Município	Proporção de empréstimos por número de habitantes	Município	Proporção de empréstimos por número de habitantes
Campos Sales-CE	19,26	Água Branca-PI	77,73	Campos Sales-CE	85,03	Água Branca-PI	41,65
Itaporanga-PB	18,62	Campos Sales-CE	76,67	Água Branca-PI	84,96	Campos Sales-CE	33,25
Valença do Piauí-PI	16,17	Nova Russas-CE	71,07	Baturité-CE	66,53	Baturité-CE	31,18
São Raimundo Nonato-PI	16,14	Brejo Santo-CE	54,04	Itaporanga-PB	62,72	Itapipoca-CE	30,60
Nova Russas-CE	15,72	Campo Maior-PI	53,88	Limoeiro do Norte-CE	61,61	Limoeiro do Norte-CE	29,68
Itapipoca-CE	13,54	Itapipoca-CE	53,47	Monte Azul-MG	61,06	Monte Azul-MG	28,45
Campo Maior-PI	13,48	Baturité-CE	52,11	Campo Maior-PI	60,41	São Raimundo Nonato-PI	27,68
Oeiras-PI	12,71	Limoeiro do Norte-CE	50,02	Itapipoca-CE	58,94	Esperantina-PI	25,79
Baturité-CE	12,68	São Raimundo Nonato-PI	49,26	São Raimundo Nonato-PI	57,69	Campo Maior-PI	25,51
Esperantina-PI	12,55	Valença do Piauí-PI	48,12	Pau dos Ferros-RN	56,63	Itaporanga-PB	25,43
Catolé do Rocha-PB	11,49	Jaguaribe-CE	46,73	Valença do Piauí-PI	55,90	Pau dos Ferros-RN	25,09

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014; e IBGE, 2011-2014 (disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>; acesso em: 30 mar. 2020).

Elaboração dos autores.

Por fim, na tabela 5, são analisados os tipos de operação por modalidade de mutuário. O microcrédito pode ser concedido com a finalidade de capital de giro ou investimento. Ao analisar esses dados, percebe-se que a maioria dos empréstimos é voltada para capital de giro e que, entre o total de operações, em torno de 16% foram destinados para investimento. Quanto ao tipo de tomador de empréstimo, a maioria consiste em empreendedores informais, seguidos por empreendedores individuais e microempresas. Já o percentual concedido para cada tipo de mutuário, no total, foi de 92,78%, 5,62% e 1,60%, respectivamente.

TABELA 5

Total de indivíduos contemplados com o microcrédito: por modalidade de mutuário e tipo de operação (2011-2014)

	Empreendedor informal	Empreendedor individual	Microempresa	Total
	Capital de giro			
2011	551.373	2.213	8.125	561.711
2012	2.525.449	130.949	49.020	2.705.418
2013	3.489.145	239.100	52.054	3.780.299
2014	2.390.008	123.878	35.747	2.549.633
Total	8.955.975	496.140	144.946	9.597.061

(Continua)

(Continuação)

	Empreendedor informal	Empreendedor individual	Microempresa	Total
Investimento				
2011	44.359	203	401	44.963
2012	402.781	12.249	6.849	421.879
2013	899.955	88.424	20.458	1.008.837
2014	343.763	48.507	10.964	403.234
Total	1.690.858	149.383	38.672	1.878.913

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

3 VARIÁVEIS E ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

3.1 Descrição das variáveis

O objetivo deste trabalho consiste em analisar os efeitos do Programa Crescer na renda dos indivíduos após seu término, que ocorreu em 2014. Para tanto, são utilizadas as bases de microdados do Cadastro Único de 2010, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, bem como do Programa Crescer entre 2011 e 2014. Os métodos aplicados consistem no PSM e no *diferenças em diferenças*.

Para poder fazer uso do método de diferenças em diferenças, devem-se ter informações dos mesmos indivíduos para todos os períodos do estudo. O ideal seria analisar esse programa com um painel balanceado que compreendesse os anos de 2010 a 2019. Entretanto, dado que poucos indivíduos atualizaram seus dados no Cadastro Único anualmente, não foi possível realizar as estimações dessa forma. Uma maneira encontrada para contornar esse problema foi montar diversos painéis de menor extensão com somente dois períodos. Tendo em vista que, para utilizar esse método, é preciso pelo menos um período antes e um depois do tratamento, foram elaborados cinco painéis com dois períodos: 2010 e 2015; 2010 e 2016; 2010 e 2017; 2010 e 2018; e 2010 e 2019. Foram utilizados os dados de indivíduos que atualizaram o cadastro nos dois anos que formam cada painel, mas como as pessoas que atualizaram o cadastro em 2010 e 2015 não são necessariamente as mesmas que o fizeram em 2010 e 2016, nem nos demais casos, uma das limitações deste trabalho é analisar diferentes amostras de indivíduos em cada painel.

Além da necessidade de ter esses dois períodos e os mesmos indivíduos para o uso do *diff-in-diff*, deve-se determinar um grupo de controle semelhante ao dos indivíduos que receberam o tratamento – neste caso, o microcrédito do Programa Crescer. Em razão de a base de dados do Cadastro Único possuir informações a respeito de milhões de indivíduos, foi aplicado o método de PSM para o ano de 2010 de cada painel, de forma a encontrar um grupo de controle. Para tanto, é utilizado um modelo *logit* em que se estima a probabilidade, dadas algumas características observadas, de

o indivíduo receber o tratamento. A partir dos resultados, são estimados pesos, que serão utilizados para encontrar indivíduos parecidos nos dois grupos.

No caso deste trabalho, a partir da estimação de um modelo *logit* e com base na especificação de um vizinho mais próximo, foram encontrados pares para os tratados entre os beneficiários do Cadastro Único que não receberam o microcrédito do Programa Crescer em nenhum dos anos nos quais esteve em vigor. Como se utilizou essa especificação, tem-se a mesma quantidade de indivíduos no grupo de controle e tratamento para ambos os anos que possuem características parecidas entre si. As variáveis utilizadas tanto no PSM quanto no modelo de diferenças em diferenças para a renda do indivíduo são apresentadas no quadro 1.

QUADRO 1

Descrição das variáveis para PSM e diferenças em diferenças

PSM	
tratamento	1, caso o indivíduo tenha sido contemplado com o Programa Crescer em pelo menos um ano
autonomo	1, caso o indivíduo tenha declarado ser autônomo
agua_canalizada	1, caso a residência em que o indivíduo reside tenha água encanada
banheiro	1, caso a residência em que o indivíduo reside tenha pelo menos um banheiro
energia_eletrica	1, caso a residência em que o indivíduo reside tenha energia elétrica
coleta_lixo	1, caso a residência em que o indivíduo reside tenha coleta de lixo
qt_comodos	Quantidade de cômodos existentes na casa do indivíduo
piso_terra	1, caso a residência em que o indivíduo reside tenha piso de terra
casa_alvenaria	1, caso a residência em que o indivíduo reside seja de alvenaria e tenha revestimento
Diferenças em diferenças	
diff	Termo de interação das variáveis tempo e tratamento
tempo	0, caso o ano seja igual a 2010; e 1, caso contrário
filhos_dom	Quantidade de filhos que residem no domicílio
idade	Idade do indivíduo, em anos
idade2	Idade do indivíduo ao quadrado
feminino	1, caso o indivíduo seja do sexo feminino
negro	1, caso o indivíduo seja negro
pardo	1, caso o indivíduo seja pardo
indigena	1, caso o indivíduo seja indígena
amarelo	1, caso o indivíduo seja amarelo
deficiente	1, caso o indivíduo seja deficiente
ensino_medio	1, caso o maior grau de instrução do indivíduo seja ensino médio
uf	<i>Dummies</i> para estados
log_renda	Logaritmo da renda do indivíduo deflacionada pelo IPCA

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015.

Elaboração dos autores.

O Programa Crescer tinha como finalidade conceder microcrédito para pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica que buscavam investir em atividade geradora de renda. Peixoto (2008) mostra que a qualidade do pareamento tem forte relação com as variáveis empregadas na estimação da probabilidade de seleção para o programa,

e elas devem ser importantes para a determinação da participação no programa (ou seja, nas chances de receber o crédito). Além disso, devem ser ortogonais ao resultado.

A seleção das variáveis escolhidas como controles para o modelo foi baseada na literatura sobre fatores que influenciam a renda das pessoas. Um exemplo é Barbosa, Barbosa Filho e Lima (2013), que utilizam variáveis semelhantes para a análise do diferencial de salários entre trabalhadores dos setores privado e público. Machado e Scorzafave (2016) também utilizam algumas dessas variáveis como controles, em um modelo de Oaxaca-Blinder, para avaliar a diferença do salário-hora entre professores e não professores formados em carreiras tipicamente relacionadas à docência. Por fim, Ferro *et al.* (2018) fazem uso de algumas dessas variáveis para o estudo da discriminação salarial entre homens e mulheres no serviço público.

3.2 Estatísticas descritivas

3.2.1 Estatísticas descritivas para a amostra de 2010 e 2015

Nesta subseção, são apresentadas as estatísticas descritivas para o painel montado com informações de indivíduos entre 2010 e 2015. As estatísticas descritivas referem-se ao ano de 2010, o primeiro da amostra. Na tabela 6, verificam-se as médias e os desvios-padrão de três amostras: da amostra dos não tratados antes de se realizar o PSM, do grupo de controle após o PSM e do grupo de tratamento. Após a realização do pareamento, percebe-se que as médias das variáveis utilizadas como controle no modelo *logit* apresentam valores semelhantes aos do grupo de tratamento. Quanto às demais variáveis, que serão usadas como controle no modelo de diferenças em diferenças, percebem-se algumas distinções entre os grupos de controle e tratamento. Duas ressalvas devem ser feitas quanto a esses resultados: i) foram incluídas *dummies* para os estados nas regressões, mas, de forma a melhor observar a localidade onde os indivíduos vivem, inseriram-se *dummies* para região nas estatísticas descritivas; e ii) em relação à variável de raça, tendo em vista que negros e pardos consistem em mais de 80% da amostra, optou-se por apresentar a média e o desvio-padrão dessa característica em uma única variável, *negro_pardo*, a qual indica se o indivíduo se declara como negro ou pardo.

No que se refere ao gênero, 56,7% dos contemplados com o Programa Crescer eram mulheres, enquanto, no grupo de controle, a maioria dos indivíduos são do sexo masculino. Há presença de pessoas com deficiência em praticamente todas as amostras. A quantidade média de filhos por domicílio é próxima a 1,6, sendo esse valor um pouco menor para os tratados em relação ao contrafactual. A diferença mais expressiva

entre os grupos de controle e tratamento relaciona-se à escolaridade: enquanto aproximadamente 16% dos não contemplados tinham cursado pelo menos o ensino médio, esse valor é de 24,7% entre os que receberam pelo menos um empréstimo. Ao se analisarem as variáveis de região, verifica-se que a maior parte das amostras se encontram no Nordeste, sendo esse valor ainda mais expressivo para os contemplados com o Programa Crescer, em que 87% residem nessa região. Quanto à raça, negros e pardos correspondem a aproximadamente 73% dos indivíduos no grupo de controle e 79% no grupo de tratados.

TABELA 6**Estatísticas descritivas: nível indivíduo (2010-2015)**

	Controle antes do pareamento		Controle após o pareamento		Tratamento	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
autonomo	0,003	0,057	0,002	0,044	0,002	0,044
agua_canalizada	0,494	0,500	0,512	0,500	0,512	0,500
Banheiro	0,739	0,439	0,703	0,457	0,702	0,457
energia_eletrica	0,840	0,367	0,877	0,328	0,877	0,328
coleta_lixo	0,429	0,495	0,423	0,494	0,423	0,494
qt_comodos	4,371	1,709	4,567	2,036	4,570	2,139
piso_terra	0,993	0,081	0,997	0,056	0,997	0,057
casa_alvenaria	0,585	0,493	0,648	0,478	0,648	0,478
filhos_dom	1,735	1,336	1,710	1,304	1,675	1,260
Idade	37,33	9,386	37,46	9,387	35,95	8,928
idade2	1.481	729,2	1.492	728,6	1.372	670,0
feminino	0,397	0,489	0,390	0,488	0,569	0,495
negro_pardo	0,730	0,444	0,731	0,443	0,789	0,408
deficiente	0,000	0,011	0,000	0,000	0,000	0,000
ensino_medio	0,170	0,375	0,166	0,372	0,247	0,431
nordeste	0,580	0,494	0,616	0,486	0,869	0,338
Norte	0,099	0,299	0,070	0,255	0,019	0,136
sudeste	0,210	0,407	0,213	0,409	0,079	0,270
Sul	0,070	0,255	0,063	0,243	0,019	0,138
centro-oeste	0,041	0,198	0,038	0,192	0,014	0,116
Observações	163.014		12.383		12.383	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015.
Elaboração dos autores.

3.2.2 Estatísticas descritivas para a amostra de 2010 e 2016

A maioria dos resultados são semelhantes aos apresentados anteriormente, de acordo com a tabela 7, o que seria um indicativo de que, mesmo analisando amostra com diferentes grupos de controle e tratamento, as pessoas possuem características semelhantes entre si. Os indivíduos contemplados com o Programa Crescer apresentam, em média, maior escolaridade e são, em maior proporção, do sexo feminino. Ao mesmo tempo, têm menor idade média.

Quanto à quantidade de filhos, é praticamente idêntica entre os tratados e o controle pós-pareamento. Percebe-se também que, após o *matching*, as características socioeconômicas ficam semelhantes entre os dois grupos. Novamente, a maior parte da amostra é residente no Nordeste, e os contemplados com o programa residem, em maior proporção, nessa localidade.

TABELA 7

Estatísticas descritivas: nível indivíduo (2010-2016)

	Controle antes do pareamento		Controle após o pareamento		Tratamento	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
autonomo	0,004	0,066	0,002	0,047	0,002	0,047
agua_canalizada	0,473	0,499	0,490	0,500	0,489	0,500
banheiro	0,719	0,449	0,680	0,466	0,680	0,467
energia_eletrica	0,830	0,376	0,863	0,344	0,863	0,344
coleta_lixo	0,404	0,491	0,401	0,490	0,400	0,490
qt_comodos	4,321	1,658	4,545	1,918	4,548	1,950
piso_terra	0,992	0,087	0,997	0,058	0,997	0,059
casa_alvenaria	0,568	0,495	0,623	0,485	0,623	0,485
filhos_dom	1,691	1,315	1,691	1,301	1,634	1,230
Idade	36,68	9,049	36,84	9,029	35,22	8,645
idade2	1.427	689,9	1.439	690,2	1.315	639,8
feminino	0,419	0,493	0,406	0,491	0,587	0,492
negro_pardo	0,742	0,437	0,741	0,438	0,798	0,402
deficiente	0,000	0,008	0,000	0,000	0,000	0,009
ensino_medio	0,162	0,369	0,160	0,366	0,231	0,421
nordeste	0,608	0,488	0,643	0,479	0,888	0,315
Norte	0,100	0,301	0,074	0,263	0,017	0,129
sudeste	0,197	0,398	0,195	0,396	0,068	0,251
Sul	0,060	0,238	0,053	0,224	0,017	0,130
centro-oeste	0,035	0,183	0,035	0,184	0,010	0,101
Observações	144.372		11.720		11.720	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2016.

Elaboração dos autores.

3.2.3 Estatísticas descritivas para a amostra de 2010 e 2017

Na tabela 8, são apresentadas as estatísticas descritivas para 2010 da amostra que compreende o período de 2010 e 2017. No geral, os resultados são semelhantes aos encontrados para as bases de dados já apresentadas anteriormente. Após o pareamento, as características socioeconômicas apresentam médias semelhantes para os grupos de controle e tratamento. A quantidade de filhos é um pouco menor do que as encontradas para as amostras anteriores. Além disso, estes últimos são, em média, mais novos; residem, em maior proporção, no Nordeste; e possuem mais mulheres na amostra.

TABELA 8

Estatísticas descritivas: nível indivíduo (2010-2017)

	Controle antes do pareamento		Controle após o pareamento		Tratamento	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
autonomo	0,003	0,056	0,002	0,039	0,002	0,039
agua_canalizada	0,453	0,498	0,481	0,500	0,481	0,500
banheiro	0,709	0,454	0,677	0,468	0,677	0,468
energia_eletrica	0,818	0,386	0,864	0,343	0,864	0,343
coleta_lixo	0,379	0,485	0,384	0,486	0,384	0,486
qt_comodos	4,289	1,712	4,498	1,615	4,497	1,582
piso_terra	0,995	0,072	0,998	0,047	0,998	0,048
casa_alvenaria	0,552	0,497	0,619	0,486	0,619	0,486
filhos_dom	1,605	1,282	1,561	1,245	1,555	1,209
Idade	36,28	8,782	36,53	8,773	34,90	8,450
idade2	1.393	659,3	1.411	660,7	1.290	618,7
feminino	0,411	0,492	0,396	0,489	0,570	0,495
negro_pardo	0,752	0,432	0,749	0,434	0,809	0,393
deficiente	0,000	0,008	0,000	0,000	0,000	0,010
ensino_medio	0,150	0,357	0,146	0,353	0,221	0,415
nordeste	0,621	0,485	0,653	0,476	0,901	0,298
Norte	0,112	0,315	0,081	0,272	0,019	0,136
sudeste	0,177	0,381	0,181	0,385	0,055	0,229
Sul	0,056	0,230	0,053	0,223	0,014	0,116
centro-oeste	0,034	0,182	0,032	0,176	0,011	0,103
Observações	125.870		10.565		10.565	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2017.

Elaboração dos autores.

3.2.4 Estatísticas descritivas para a amostra de 2010 e 2018

Assim como já visto até o momento, os dados para esse período possuem características semelhantes às analisadas anteriormente, conforme a tabela 9. Os indivíduos contemplados com o Programa Crescer são, em maior proporção, mulheres, negros ou pardos; e apresentam, em média, maior escolaridade e menor idade. Novamente, percebe-se que, após o pareamento, as características socioeconômicas ficam semelhantes entre os grupos de controle e tratamento. Por fim, a maioria da amostra reside no Nordeste, e, entre os contemplados com o programa, esta proporção é ainda maior.

TABELA 9
Estatísticas descritivas: nível indivíduo (2010-2018)

	Controle antes do pareamento		Controle após o pareamento		Tratamento	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
autonomo	0,004	0,063	0,002	0,045	0,002	0,044
agua_canalizada	0,453	0,498	0,479	0,500	0,479	0,500
banheiro	0,707	0,455	0,670	0,470	0,670	0,470
energia_eletrica	0,817	0,387	0,859	0,348	0,859	0,348
coleta_lixo	0,379	0,485	0,384	0,486	0,384	0,486
qt_comodos	4,291	1,750	4,511	1,841	4,513	1,863
piso_terra	0,993	0,082	0,997	0,056	0,997	0,056
casa_alvenaria	0,550	0,498	0,618	0,486	0,618	0,486
filhos_dom	1,548	1,250	1,518	1,227	1,502	1,177
Idade	36,27	8,717	36,52	8,707	34,91	8,326
idade2	1.391	652	1.409	654	1.288	603
feminino	0,428	0,495	0,420	0,494	0,587	0,492
negro_pardo	0,754	0,430	0,748	0,434	0,808	0,394
deficiente	0,000	0,009	0,000	0,000	0,000	0,008
ensino_medio	0,153	0,360	0,151	0,358	0,223	0,416
nordeste	0,627	0,484	0,658	0,474	0,899	0,301
Norte	0,109	0,312	0,079	0,269	0,018	0,132
Sudeste	0,176	0,381	0,180	0,385	0,059	0,236
Sul	0,056	0,230	0,053	0,223	0,014	0,118
centro-oeste	0,032	0,176	0,030	0,171	0,010	0,098
Observações	203.437		17.298		17.298	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2018.
Elaboração dos autores.

3.2.5 Estatísticas descritivas para a amostra de 2010 e 2019

Ao se analisarem as estatísticas descritivas, segundo a tabela 10, para a amostra composta por 2010 e 2019, notam-se alguns resultados semelhantes aos encontrados anteriormente. A maioria dos tratados são mulheres; possuem, em média, maior escolaridade; estão mais concentrados no Nordeste; e são mais novos. A proporção de indivíduos negros e pardos também é semelhante aos valores das amostras anteriores, e, entre os beneficiados pelo programa, encontram-se em maior proporção. A variável que apresentou resultados mais distintos foi a de filhos por domicílio – anteriormente havia média de 1,7 a 1,5 filhos por domicílio, mas esse valor ficou em torno de 1,4 para tal amostra.

TABELA 10
Estatísticas descritivas: nível indivíduo (2010-2019)

	Controle antes do pareamento		Controle após o pareamento		Tratamento	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
autonomo	0,003	0,052	0,000	0,000	0,001	0,032
agua_canalizada	0,468	0,499	0,477	0,500	0,478	0,500
banheiro	0,701	0,458	0,647	0,478	0,648	0,478
energia_eletrica	0,821	0,383	0,860	0,347	0,860	0,347
coleta_lixo	0,391	0,488	0,379	0,485	0,379	0,485
qt_comodos	4,310	1,820	4,462	1,352	4,467	1,364
piso_terra	0,995	0,072	0,999	0,032	0,998	0,039
casa_alvenaria	0,546	0,498	0,600	0,490	0,601	0,490
filhos_dom	1,479	1,221	1,434	1,210	1,457	1,164
Idade	35,80	8,527	35,75	8,699	34,32	8,004
idade2	1.354	629	1.354	643	1.242	574
feminino	0,430	0,495	0,429	0,495	0,610	0,488
negro_pardo	0,752	0,432	0,746	0,435	0,812	0,391
deficiente	0,000	0,007	0,000	0,000	0,000	0,000
ensino_medio	0,163	0,370	0,155	0,362	0,229	0,420
nordeste	0,643	0,479	0,673	0,469	0,922	0,269
Norte	0,104	0,305	0,083	0,276	0,012	0,109
sudeste	0,168	0,374	0,154	0,361	0,047	0,211
Sul	0,053	0,225	0,055	0,228	0,013	0,111
centro-oeste	0,032	0,176	0,035	0,184	0,007	0,083
Observações	22.901		1.995		1.995	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2019, e do Cadastro Único, 2010 e 2019.
Elaboração dos autores.

4 ABORDAGEM EMPÍRICA

O método PSM busca gerar um grupo de controle semelhante ao de tratamento quanto às características observáveis. Uma das hipóteses é a de que cada indivíduo do grupo dos tratados possuiria um par no grupo de controle, o qual indicaria o resultado que o indivíduo obteria caso não recebesse tratamento. Outra hipótese consiste no fato de que, se for feita a comparação entre duas pessoas com características semelhantes, mas com um par em cada grupo, a única questão que diferenciaria os resultados desses indivíduos seria a participação ou não no tratamento (Menezes Filho e Pinto, 2017). Dessa forma, pode-se afirmar que a ideia por trás desse método é a de controlar as diferenças observáveis entre os grupos de controle e de tratamento. Crespi *et al.* (2011) apontam que, caso o pesquisador saiba os motivos relevantes que levam os indivíduos a participarem do programa, o processo de *matching* pode ser feito com base na probabilidade condicional da participação, ou seja, o escore de propensão:

$$p = P(T = 1|X), \quad (1)$$

em que p é o *propensity score*; e $P(T = 1 | X)$ é a probabilidade de receber o tratamento T , dadas as características observáveis X .

Para encontrar esse escore de propensão, foi estimado o seguinte modelo *logit*:

$$P(T = 1) = \frac{1}{1 + e^{-g(x)}}, \quad (2)$$

em que *Tratamento* é a variável binária que indica se o indivíduo i recebeu tratamento no período t ; e $g(x) = \beta_0 + \beta_{it}X_{it} + \varepsilon$, em que X_{it} são as variáveis de controle apresentadas na tabela 4; e ε é o termo de erro.

O *diferenças em diferenças* é um método não experimental utilizado para avaliação de impacto. Ele é empregado quando há a ocorrência de um evento (um tratamento) e se busca analisar o seu efeito em determinado grupo. Para o seu cálculo, são necessários dois grupos. O primeiro é o grupo de tratamento, que foi afetado pela medida. O segundo é o grupo de controle, que consiste em indivíduos que possuem características e comportamentos semelhantes aos do primeiro grupo, no momento pré-tratamento. Ademais, são necessárias informações para pelo menos um período antes e um depois do tratamento. Nesse caso, utilizamos 2010 como o período antes do tratamento e mais um período após 2014 como o período após o tratamento. A estimação é baseada em dupla subtração: a primeira consiste na diferença entre as médias da variável de resultado entre os períodos posterior e anterior ao tratamento para cada um dos grupos; e a segunda calcula a diferença das duas subtrações anteriores (Fogel, 2017).

Para estimar o efeito do Programa Crescer na renda dos indivíduos em uma regressão, temos a seguinte especificação:

$$Y_{it} = \alpha + \gamma * T_i + \delta * t + \beta * t * T_i + \theta * X_{it} + \varepsilon_{ist}. \quad (3)$$

No caso deste trabalho, Y_{it} corresponde à renda do indivíduo; T_i é a variável binária que indica se o indivíduo recebeu tratamento e é igual a 1, caso o indivíduo tenha sido contemplado pelo Programa Crescer, ou 0, caso contrário; t indica o tempo antes e depois do tratamento e assume valor igual a 0, caso o ano seja igual a 2010, ou igual a 1, caso contrário; e $t * T_i$ é o termo denominado de *diff*, que indica a interação entre tempo e tratamento. Por fim, X_{it} são outras características dos indivíduos, que possivelmente têm efeito na renda e que são utilizadas no modelo como variáveis de controle. Dessa forma, o coeficiente de interesse da análise é β , que indicará a variação na renda em função da participação no programa.

5 RESULTADOS

5.1 Estimações econométricas

Em primeiro lugar, foram realizados testes de médias para as amostras completas, ou seja, aquelas que possuem todos os indivíduos registrados no Cadastro Único, que atualizaram o cadastro nos dois anos do painel, com renda nos dois momentos. Esse teste busca analisar se há diferenças entre as médias das características dos indivíduos que receberam o microcrédito do Programa Crescer em comparação com os que não foram contemplados.⁴ Para o caso em que *p-valor* for maior do que 0,05, ou seja, a um nível de confiança de 5%, considera-se que não existem diferenças entre os dois grupos no que se refere à característica analisada. Ao se observarem os resultados das amostras que contemplam os anos de 2015 a 2018, percebe-se que, antes do pareamento, apenas *coleta_lixo* apresentava média similar para os grupos de controle e tratamento. Para o caso da que contém o ano de 2019, além de *coleta_lixo*, as variáveis *autonomo* e *agua_canalizada* também apresentavam esse comportamento.

Depois do pareamento, as oito variáveis utilizadas no PSM não apresentaram diferença nas médias dos grupos de tratamento e controle. Esse é um indicador de que os tratados e o contrafactual têm características socioeconômicas e de tipo de trabalho semelhantes. Na tabela 11, são apresentados os resultados do modelo de diferenças

4. As tabelas com os resultados dos testes de médias, tanto para a amostra completa quanto para a amostra que contém apenas indivíduos com rendimentos nos dois períodos, são apresentadas no apêndice A (tabelas de A.5 a A.9).

TEXTO para DISCUSSÃO

em diferenças, em que se analisa o efeito do Programa Crescer na renda do indivíduo através do resultado do coeficiente da variável de interesse *diff*.

TABELA 11
Resultados do modelo diferenças em diferenças

	2010-2015	2010-2016	2010-2017	2010-2018	2010-2019
Diff	0,0637*** (0,0113)	0,0834*** (0,0122)	0,0784*** (0,0130)	0,101*** (0,0104)	0,0542* (0,0315)
Tratamento	0,0157 (0,0126)	0,0283** (0,0129)	0,0223* (0,0134)	0,00766 (0,0105)	0,0221 (0,0321)
Tempo	0,0594*** (0,00854)	0,0441*** (0,00942)	0,0118 (0,0103)	-0,0308*** (0,00845)	-0,0557** (0,0266)
Idade	0,0806*** (0,00328)	0,0737*** (0,00329)	0,0697*** (0,00331)	0,0690*** (0,00252)	0,0767*** (0,00725)
idade2	-0,000863*** (3,99e-05)	-0,000773*** (4,00e-05)	-0,000732*** (4,02e-05)	-0,000726*** (3,04e-05)	-0,000769*** (8,72e-05)
Feminino	-0,0502*** (0,0109)	-0,0826*** (0,0112)	-0,0926*** (0,0114)	-0,0798*** (0,00900)	-0,0643** (0,0274)
Negro	-0,0458** (0,0207)	-0,0499** (0,0213)	-0,0808*** (0,0221)	-0,0587*** (0,0174)	-0,133** (0,0559)
Parda	0,00694*** (0,00136)	0,00825*** (0,00142)	0,00844*** (0,00148)	0,00659*** (0,00116)	0,00751** (0,00352)
Indígena	-0,280*** (0,0694)	-0,403*** (0,0622)	-0,411*** (0,0657)	-0,349*** (0,0545)	-0,0401 (0,146)
Amarelo	-0,118* (0,0681)	0,0207 (0,0789)	-0,138* (0,0784)	-0,00968 (0,0627)	0,207 (0,233)
Deficiente	-0,106* (0,0591)	-0,0796 (0,0627)	-0,0425 (0,0595)	-0,0335 (0,0444)	0,233* (0,129)
ensino_medio	0,453*** (0,0118)	0,443*** (0,0122)	0,438*** (0,0128)	0,441*** (0,0100)	0,488*** (0,0300)
Constante	4,183*** (0,141)	4,348*** (0,148)	4,436*** (0,143)	4,435*** (0,121)	4,354*** (0,368)
Observações	49.524	46.880	42.260	69.180	7.980
Número de indivíduos	24.762	23.440	21.130	34.590	3.990

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015-2019.
Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

Neste trabalho, *log_renda* é construída a partir da variável de rendimentos do dicionário de variáveis do Cadastro Único, sendo definida como o valor bruto da remuneração

obtido dos trabalhos feitos no mês anterior à entrevista.⁵ Para realizar a estimação, foram selecionadas apenas pessoas que declararam algum rendimento nas duas entrevistas. Os resultados mostram que o programa apresentou efeito positivo e significativo na renda dos indivíduos de quatro das cinco amostras, o que variou de 6,3% a 10,1%. Esses resultados são semelhantes aos encontrados no trabalho de Fetter *et al.* (2018), no qual os autores verificaram que participar do programa leva ao aumento de aproximadamente 7,5% na renda dos indivíduos.

A partir desses dados, foi realizada uma segmentação das amostras para estimar o efeito do programa no que se refere a diferentes características. As tabelas de A.10 a A.14,⁶ incluídas no apêndice A, apresentam os efeitos do Programa Crescer para indivíduos por diferentes faixas de renda. Para criá-las, considerou-se o rendimento declarado em 2010.

Como pode ser observado, a maioria dos coeficientes não apresentou significância estatística, o que indicaria que o Programa Crescer não teria efeito em rendas maiores ou menores. Apenas para o painel que contempla 2018, encontrou-se significância estatística para a amostra de menor renda. Ou seja, para as pessoas que recebiam até R\$ 99,00 no primeiro ano, o programa promoveu aumento de aproximadamente 5% na renda dos contemplados com o benefício. Nas tabelas de A.15 a A.19, são apresentados os resultados por quantidade de empréstimos. Nesse caso, pode-se concluir que o programa acarreta aumento na renda dos indivíduos que pegaram menos empréstimos (no geral, a significância estatística é encontrada nas amostras dos que tomaram entre um e quatro empréstimos).

Por fim, nas tabelas de A.20 a A.24, foram estimados os efeitos do Programa Crescer em amostras separadas por faixas de valor dos empréstimos. Nesse caso, observou-se que o programa teve efeitos na renda apenas de indivíduos que receberam acima de R\$ 2.000,00.

Além disso, ao se analisarem as variáveis de controle, percebe-se que a maioria apresenta comportamento semelhante ao apontado pela literatura. Para o caso da análise de raça, a variável omitida é a *branca*. Nesse caso, observa-se que o fato de ser de outra raça reduz os rendimentos do trabalhador em comparação com um indivíduo branco. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Machado e Scorzafave (2016), que, ao analisarem os rendimentos de professores, encontram um

5. Aproximadamente 90% dos indivíduos em 2010 não declararam valor para a variável de renda no Cadastro Único, ou a declararam como sendo zero. Consequentemente, optou-se pela variável de rendimentos dos indivíduos, dado que ela foi declarada por maior quantidade de pessoas ao longo dos anos.

6. Em função do espaço, as tabelas de A.10 a A.24 são apresentadas no apêndice A.

diferencial de salário em favor dos professores brancos em comparação aos não brancos. Quanto à educação, indivíduos com ensino médio completo apresentam rendimentos superiores aos dos demais. O fato de que pessoas mais qualificadas possuem melhores salários é um resultado encontrado por OCDE (2014), o qual indica ainda que sofrem menos com o desemprego e têm salários maiores no decorrer da vida produtiva. Quanto ao sexo, o fato de as mulheres apresentarem salários menores que os dos homens também é apontado pela literatura, como é o caso do trabalho de Araújo e Ribeiro (2001).

5.2 Retornos econômicos

Para realizar avaliação econômica do Programa Crescer, é necessário que os benefícios e os custos sejam analisados. Dessa forma, pode-se comparar essa política pública com outras alternativas. Conforme apresentado na seção dos resultados, o programa foi capaz de promover aumentos na renda dos indivíduos para quatro das cinco amostras utilizadas, sendo essa elevação o benefício estimado. O custo é definido pelas despesas com subsídios de juros dos empréstimos concedidos. Segundo dados do Banco Central, as taxas de juros dos empréstimos entre 2011 e 2014 foram sempre superiores a 20% a.a., enquanto as taxas cobradas nos empréstimos foram de 5% a.a. (BCB, 2014). As diferenças entre as taxas de mercado dos empréstimos e a do Programa Crescer foram subsidiadas pelo governo federal. As subvenções, referentes às equalizações de juros, correspondem a essas despesas com subsídios.

Algumas dificuldades surgem no momento de realizar uma análise de custo-benefício do Programa Crescer. Como foram utilizadas cinco amostras diferentes com o uso do modelo de diferenças em diferenças, percebe-se que há um aumento que varia de 6,37% a 10,1% na renda dos indivíduos, dependendo dos grupos e do período analisado. Ou seja, isso impossibilita análise única. Além disso, esses efeitos são para a renda mensal da pessoa. Dessa forma, para se encontrar o efeito do programa ao longo do tempo, deve-se multiplicar o ganho de renda pela quantidade de meses em que esse ganho se manteve. O ganho total de cada indivíduo foi calculado ao se multiplicar o aumento que essa medida promoveu na renda (entre 6,37% e 10,1%) pela renda do último ano. Ademais, multiplicou-se esse valor pela quantidade de meses do período em análise, ou seja, a hipótese de que os tomadores de crédito apresentaram o mesmo retorno ao longo do tempo. De forma a melhor analisar essa questão, seriam necessárias mais informações, como a renda da pessoa ao longo dos anos, para analisar se o crescimento ou a queda após o empréstimo são lineares.

Um ponto importante da análise é identificar se os ganhos de renda do programa são permanentes ou transitórios. Se os ganhos se mantiverem somente por poucos meses, não compensarão os custos envolvidos em termos de equalização de juros. Por sua vez, se as elevações de renda se mantiverem por vários anos, compensarão o custo incorrido. Os resultados deste trabalho mostraram que os ganhos de renda se mantiveram por mais de quatro anos após o término do programa, o que pode ser um indicativo de que os efeitos são permanentes.

Deve-se lembrar de que a maioria dos empréstimos foi para o setor de comércio varejista. Nesse caso, os participantes do programa, em geral, provavelmente abriram pequenas vendas, lojas e armazéns de alimentos, bebidas e fumo. Esses microempreendimentos, quando têm sucesso, tendem a se manter por vários anos, e muitos sobrevivem por toda a vida útil do microempreendedor.

A análise de retorno econômico foi feita para as amostras com os anos de 2010 a 2015; de 2010 a 2016; de 2010 a 2017; e de 2010 a 2018. Tendo em vista que a quantidade de beneficiados, a renda média e o valor médio do empréstimo recebido por cada indivíduo variam entre os grupos, optou-se por realizar uma análise para cada um desses períodos. Para contornar a questão da quantidade de meses em que os indivíduos receberam do programa, consideraram-se dois períodos em que ele pode ter sido contemplado: desde setembro de 2011 e desde dezembro de 2014, datas que correspondem ao primeiro e ao último ano dessa política pública. Desse modo, podem-se analisar os retornos desse crédito de acordo com duas hipóteses: a de que ele recebeu logo no começo e foi contemplado durante todo o período de existência do programa, mais o período até o final do ano em questão na amostra (2015, 2016, 2017 ou 2018); ou a de que ele recebeu por menos tempo, sendo contabilizado apenas a partir de dezembro de 2014, quando ocorreu o término do programa.

Para o cálculo do retorno econômico, foi subtraído do ganho total de cada contemplado o valor total da equalização. Dessa forma, calcula-se o retorno econômico individualizado. Em seguida, divide-se esse resultado pelo valor total da equalização e obtém-se a taxa de retorno econômico. A tabela 12 apresenta a análise de retorno econômico efetivamente ocorrido, para cada amostra, com o retorno para o tempo recebido pelo indivíduo por percentis, que variam para cada amostra. Para o caso das médias, todas contam com resultados positivos, o que indica que os custos são inferiores aos benefícios.

TABELA 12**Análise de retorno econômico**

(Em %)

	2010-2015		2010-2016		2010-2017		2010-2018	
	2011	2014	2011	2014	2011	2014	2011	2014
1	-0,893	-0,974	-0,829	-0,929	-0,864	-0,967	-0,821	-0,957
5	-0,763	-0,942	-0,607	-0,839	-0,697	-0,926	-0,601	-0,902
10	-0,631	-0,909	-0,382	-0,749	-0,540	-0,886	-0,397	-0,851
25	-0,175	-0,796	0,317	-0,469	-0,054	-0,765	0,244	-0,691
50	1,411	-0,402	2,629	0,456	1,558	-0,365	2,382	-0,158
75	5,415	0,601	9,038	3,033	6,051	0,760	8,505	1,371
90	14,01	2,733	23,17	8,673	15,99	3,240	22,15	4,784
95	22,48	4,864	39,05	15,03	26,90	5,970	36,28	8,311
99	58,01	13,72	88,42	34,80	67,51	16,12	90,67	21,89
Média	5,228	0,553	9,020	3,018	6,169	0,788	8,788	1,443

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015-2018. Elaboração dos autores.

Além do retorno descrito anteriormente, calculou-se também o retorno econômico projetado no médio e no longo prazos, supondo-se que os ganhos de renda dos indivíduos se mantêm por dez, vinte ou trinta anos. Nesse contexto, estimou-se primeiro o ganho total de cada participante do programa. Para essa finalidade, simularam-se três cenários. No primeiro, o ganho de renda mensal se mantém por dez anos. No segundo, mantém-se por vinte anos. Por fim, no terceiro, mantém-se durante o restante de vida útil do indivíduo (que foi fixado em trinta anos). Os fluxos mensais de ganhos de renda são trazidos para valor presente por meio de uma taxa de desconto de 5% a.a. O montante obtido dessa forma representa o ganho total do indivíduo. Foi subtraído do ganho total de cada contemplado o valor total das subvenções pagas sobre os empréstimos recebidos ao longo do tempo. Desse modo, calcula-se o retorno econômico individualizado. Em seguida, divide-se esse resultado pelo valor total das despesas de subvenções de cada pessoa e obtém-se a taxa de retorno econômico. Assim, consegue-se a razão de quantos reais são gerados de renda para cada real de subvenção financiado pelo governo. A tabela 13 apresenta a análise de retorno econômico projetado para cada amostra.

Na tabela 13, observa-se que a média dos retornos é positiva para todas as amostras, considerando os três períodos de simulação. Além disso, todos os retornos são positivos a partir do percentil 25%. Os resultados das tabelas 12 e 13 nos permitem afirmar que, em média, o retorno econômico do Programa Crescer, para o subconjunto de indivíduos pertencentes ao Cadastro Único, foi positivo e elevado. Nesse caso, há indicativos de que o programa deveria ser estendido e direcionado para os indivíduos de baixa renda pertencentes ao Cadastro Único.

TABELA 13**Análise de retorno econômico projetado para dez, vinte e trinta anos**

(Em %)

	Dez anos				Vinte anos				Trinta anos			
	2010-2015	2010-2016	2010-2017	2010-2018	2010-2015	2010-2016	2010-2017	2010-2018	2010-2015	2010-2016	2010-2017	2010-2018
1	-0,840	-0,800	-0,796	-0,734	-0,754	-0,750	-0,750	-0,673	-0,820	-0,773	-0,770	-0,699
5	-0,644	-0,525	-0,543	-0,397	-0,416	-0,439	-0,439	-0,259	-0,598	-0,462	-0,483	-0,318
10	-0,443	-0,248	-0,302	-0,083	-0,077	-0,143	-0,143	0,126	-0,371	-0,150	-0,211	0,037
25	0,251	0,608	0,441	0,896	0,974	0,769	0,769	1,329	0,415	0,818	0,629	1,144
50	2,668	3,449	2,901	4,168	4,463	3,789	3,789	5,346	3,148	4,031	3,410	4,844
75	8,831	11,29	9,80	13,56	14,09	12,26	12,26	16,87	10,12	12,89	11,21	15,46
90	21,92	28,65	25,03	34,51	35,41	30,96	30,96	42,60	24,91	32,53	28,43	39,15
95	35,00	48,15	41,79	56,16	59,35	51,54	51,54	69,19	39,70	54,58	47,38	63,63
99	89,40	108,7	104,1	139,5	133,7	128,0	128,0	171,5	101,2	123,1	117,8	157,9
Média	8,533	11,28	9,98	14,00	14,08	12,48	12,48	17,41	9,78	12,89	11,41	15,96

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015-2018.
Elaboração dos autores.

6 CONCLUSÃO

O Programa Crescer foi criado em 2011, no âmbito do PNMPO, e tinha por objetivo aumentar o acesso ao crédito para empreendedores informais e formais. Durante os quatro anos em que esteve em atividade, foram concedidos aproximadamente 11,5 milhões de empréstimos, em especial para o setor de comércio e serviços, com foco no capital de giro. Dado o baixo acesso da população de baixa renda a recursos financeiros através de empréstimos convencionais, percebe-se que esse tipo de política pública é importante para empreendedores de microporte.

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar os efeitos do Programa Crescer na renda dos indivíduos registrados no Cadastro Único. Os resultados mostraram um efeito positivo e significativo na renda dessas pessoas. Nesse sentido, o microcrédito do Programa Crescer elevou a renda dos indivíduos entre 6,3% e 10,1%. Dado que a amostra consiste apenas em pessoas que estão nesse cadastro, percebe-se que o programa promoveu aumento nos ganhos de uma parcela da população em maiores condições de vulnerabilidade socioeconômica.

A avaliação do retorno econômico mostrou que, em média, os retornos foram positivos e elevados para os indivíduos pertencentes ao Cadastro Único. Isso indica que os benefícios em termos de elevação da renda dos indivíduos foram bem superiores aos custos em termos de subsídios de juros nos empréstimos.

Como apresentado no decorrer do estudo, esta análise possui algumas limitações. Em razão de a maioria dos indivíduos no Cadastro Único não atualizarem os cadastros anualmente, não foi possível construir um painel único. Dessa forma, buscamos resolver esse problema com a criação dos seguintes painéis: (2010, 2015), (2010, 2016), (2010, 2017), (2010, 2018) e (2010, 2019).

7 RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Com base nas análises, seria viável se houvesse a construção de um banco de dados para avaliação periódica do PNMPO. Devido à relevância, necessitaria de avaliação periódica para subsidiar o acompanhamento e o aperfeiçoamento da política nacional de microcrédito produtivo. O problema é que atualmente não existe um banco de dados estruturado com informações sobre os empréstimos concedidos e os rendimentos dos indivíduos. Nesse sentido, recomenda-se a construção de um banco de dados com informações individualizadas sobre os empréstimos e os rendimentos dos participantes do programa, e a responsabilidade pelo gerenciamento do PNMPO seria do Ministério da Fazenda.⁷

Caso ocorresse uma nova versão do Programa Crescer, haveria a necessidade de planejamento prévio por meio de avaliação, uma vez que se optou, neste trabalho, por avaliar o Programa Crescer, que consiste em um subprograma do PNMPO, justamente pela disponibilização de dados. A base desse programa apresenta poucas características dos indivíduos, sendo necessária a complementação com informações de outras fontes. Para tanto, foram utilizadas as bases do Cadastro Único para 2010, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Apesar de esse procedimento aumentar a quantidade de informações dos contemplados, mais de 50% deles não estão nesse cadastro. Além disso, os inscritos não são obrigados a atualizar os dados todos os anos, o que faz com que não haja informações de todos os contemplados para todos os períodos. Esses dois pontos fazem com que só seja possível avaliar um grupo específico de contemplados: uma parcela mais pobre da população, que tenha atualizado o seu cadastro em 2010 e em pelo menos mais um dos demais anos.

7. Para realizar a avaliação do Programa Crescer, foi utilizada uma base de microdados dos empréstimos, dos rendimentos e das informações sociais dos indivíduos participantes do programa e informações de um grupo de controle. Essa base de dados foi fornecida por integrantes do Ministério da Economia que trabalham no Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União (CMAS). Eles cruzaram a base de empréstimos do Programa Crescer com a do Cadastro Único do Bolsa Família e forneceram essa base sem identificação dos indivíduos. Sem isso, não teria sido possível realizar este trabalho de avaliação.

Com a base do Cadastro Único, também foi possível conseguir informações dos beneficiários relacionadas a um período anterior à criação do Programa Crescer, referente a 2010, além de criar um grupo de controle, já que há informações de outras pessoas de baixa renda que nunca foram contempladas com esse crédito.

Percebe-se que uma grande dificuldade para a análise do PNMPO consiste na ausência de planejamento prévio de como a avaliação será realizada. Para implementar avaliações de maneira adequada, devem-se ter boas bases de dados, que contenham informações dos indivíduos antes e depois da implementação do programa que se pretende avaliar. Dado que o PNMPO existe há aproximadamente quinze anos, provavelmente será difícil ter dados de pessoas que já são beneficiárias do programa antes da criação. Porém, no caso da criação de novos subprogramas dentro do PNMPO, recomenda-se colher informações dos indivíduos para pelo menos um período antes de ele ser contemplado com o microcrédito. Isso poderia amenizar a questão das informações do beneficiário para antes e depois do programa.

Outro problema é a ausência de um contrafactual, ou seja, do grupo de controle com o qual se busca realizar a comparação. Entende-se que essa é a parte mais difícil de resolver. Para o caso de programas de microcrédito, um exemplo de contrafactual seriam os indivíduos que solicitaram crédito, mas não foram contemplados. Com esse grupo, seria possível, inclusive, contornar o problema do viés de seleção, o que o tornaria um bom controle.

Outro ponto que merece destaque consiste na focalização do programa, de maneira a torná-lo mais eficiente, tendo em vista que o objetivo do PNMPO é elevar a renda de microempreendedores populares. Dessa forma, acredita-se que o programa possa ser reformulado para atender a essa meta de forma ainda mais eficiente. Os resultados deste trabalho mostraram ganhos de rendimentos expressivos para os participantes do programa e taxas de retorno econômicas médias positivas, incluindo os participantes que também fazem parte do Cadastro Único. Esses indivíduos pertencem às camadas de menor rendimento na população. Assim, o programa deveria se concentrar prioritariamente nessa camada da população.

REFERÊNCIAS

AMORIM, B. M. F. *et al.* Fundo de amparo ao trabalhador: uma solução de financiamento esgotada? *In*: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento 2011**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2012. v. 2, p. 241-283.

ANDRADE, S. A.; BINOTTO, E.; SIQUEIRA, E. S. Microcrédito produtivo nos negócios informais urbanos: contribuições e limites. **Perspectivas Contemporâneas**, Campo Mourão, v. 6, n. 1, p. 131-160, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/946/389>. Acesso em: 17 maio 2019.

ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. **Diferenciais de salários por gênero no Brasil**: uma análise regional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, dez. 2001. (Texto para Discussão, n. 11). Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1748>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BANERJEE, A. V.; KARLAN, D.; ZINMAN, J. Six randomized evaluations of microcredit: introduction and further steps. **American Economic Journal: applied economics**, v. 7, n. 1, p. 1-21, jan. 2015. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20140287>. Acesso em: 9 maio 2019.

BARBOSA, A. L. N. de H.; BARBOSA FILHO, F. de H.; LIMA, J. R. F. de. Diferencial de salários e determinantes na escolha de trabalho entre os setores público e privado no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 89-118, abr. 2013. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1405>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual de 2014**. Brasília: BCB. Disponível em: www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorios-anuais-historico/relatorio-anual-do-banco-central-2014.pdf. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRAGA, T. S. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado**: uma avaliação da eficácia do CrediAmigo para inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. 2011. 170 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24596>. Acesso em: 8 maio 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que trata do apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 nov. 2004. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/norma/553334/publicacao/15757783>. Acesso em: 7 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 abr. 2005. Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11110-25-abril-2005-536683-publicacaooriginal-27600-pl.html>. Acesso em: 7 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repeneq); cria o Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional (Recompe); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jun. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm. Acesso em: 7 maio 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 543, de 24 de agosto de 2011. Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 ago. 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/543.htm. Acesso em: 1º abr. 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 554, de 23 de dezembro de 2011. Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado e autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, e altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/554.htm. Acesso em: 1º abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012. Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jun. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12666.htm. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 mar. 2018. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/26376900>. Acesso em: 7 maio 2019.

CONSTANZI, R. N. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 19, p. 21-25, jun. 2002. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5596/1/bmt_n.19_microcr%C3%A9ditono.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

CRÉPON, B. *et al.* Estimating the impact of microcredit on those who take it up: evidence from a randomized experiment in Morocco. **American Economic Journal: applied economics**, v. 7, n. 1, p. 123-150, jan. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1257/app.20130535>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CRESPI, G. *et al.* The impact of academic patenting on university research and its transfer. **Research Policy**, v. 40, n. 1, p. 55-68, 2011.

FERREIRA, F. F. V. **O papel do microcrédito como gerador de emprego e renda: uma análise com base nos municípios brasileiros**. 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/francisco_fernando_ferreira_viana.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

FERRO, A. R. *et al.* Discriminação salarial por gênero entre funcionários públicos no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, Minas Gerais. **Anais...** Poços de Caldas: Abep, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331687602_Discriminacao_salarial_por_genero_entre_funcionarios_publicos_no_Brasil.

FETTER, S. K. *et al.* Avaliação de impacto do Programa Crescer: os efeitos do microcrédito produtivo orientado sobre a renda e a dependência na assistência social. *In*: ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. **Contribuições acadêmicas para a política de subsídios da União**. Brasília: Esaf, 2018. p. 191-245.

FRAGA, L. dos S.; FRANÇA, M. T. A.; BAGOLIN, I. P. Microempreendedores individuais formalizados buscam mais microcrédito? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, Minas Gerais. **Anais...** Poços de Caldas: Abep, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/19127>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FOGEL, M. N. Diferença sem diferenças. *In*: MENEZES FILHO, N. A.; PINTO, C. C. de X. (Org.). **Avaliação econômica de projetos sociais**. 3. ed. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017. Disponível em: https://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/6138/1/Livro_2017_Avaliacao_economica_de_projetos_sociais_TC.pdf. Acesso em: 4 mar. 2024.

KHANDKER, S. R. **Fighting poverty with microcredit**: experience in Bangladesh. Nova York: Oxford University Press, 1998. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/549951468768619206/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

MACHADO, L. M.; SCORZAFAVE, L. G. D. da S. Distribuição de salários de professores e outras ocupações: uma análise para graduados em carreiras tipicamente ligadas à docência. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 203-220, abr.-jun.

2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/19215>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MENEZES FILHO, N. A.; PINTO, C. C. de X. (Org.). **Avaliação econômica de projetos sociais**. 3. ed. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017. Disponível em https://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/6138/1/Livro_2017_Avaliacao_economica_de_projetos_sociais_TC.pdf. Acesso em: 4 mar. 2024.

MICROCRÉDITO no Brasil: histórico e legislação. **BNDES**, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>. Acesso em: 31 mar. 2020.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Panorama das regiões da OCDE 2014**. Paris: OCDE, 2014. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/7688aa4a-pt/index.html?itemId=/content/component/7688aa4a-pt>. Acesso em: 4 mar 2024.

PEIXOTO, B. T. **Avaliação econômica do Programa Fica Vivo: o caso piloto – II Prêmio SOF de Monografias**. Brasília: Enap, 2008. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4669/1/tema-1-1o-lugar.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2020.

PEREIRA, J. A.; SOUZA, L. H. de. Empreendedorismo e microcrédito produtivo orientado: um estudo sobre o Programa Crescer. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 18, p. 119-139, jan.-dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/3487/3098>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SAMPAIO, P. S. **Microcrédito, desenvolvimento e superação da pobreza: uma análise jurídica do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. 2014. 375 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/16238/1/2014_PauloSoaresSampaio.pdf. Acesso em: 6 maio 2019.

SANTOS, A. L. C. *et al.* **Efeitos de mudanças regulatórias no microcrédito sobre os desempenhos financeiro e social das cooperativas de crédito**. Brasília: Banco Central do Brasil, set. 2019. (Trabalho para Discussão, n. 499). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps499.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SILVEIRA, G. C. P. e; CORDEIRO, L. M. C.; GONÇALVES, M. E. Enfoques do microcrédito: um estudo sobre a eficiência da oferta no Brasil, através da análise envoltória de dados – DEA. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 149-168, abr.-jun. 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/700/718>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; AZEVEDO, M. T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-142, jan.-mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v41n1/05.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

TEDESCHI, G. A. Overcoming selection bias in microcredit impact assessment: a case study in Peru. **The Journal of Development Studies**, v. 44, n. 4, p. 504-518, abr. 2008. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220380801980822>. Acesso em: 10 maio 2019.

ZANCANELLA, J. C. *et al.* Condições de operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) sob a ótica dos usuários: região de Viçosa (MG). **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 20, n. 4, p. 31-56, out.-dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/715>. Acesso em: 20 maio 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**: relatório de dados do Programa de Microcrédito – 2009.1-2015.3. Brasília: MTE, [s.d.]. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/sistema-de-informacoes-do-pnmpo/>. Acesso em: 6 maio 2019.

RODRIGUES, G. L. V.; FERREIRA JÚNIOR, R. R.; SOUZA, N. de O. O Programa Crescer de microcrédito produtivo e seus reflexos na inclusão financeira de Alagoas e no contexto regional. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 52, p. 269-302, jan.-jun. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9761/1/ppp_n52_programa.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

APÊNDICE A

TABELA A.1

Quantidade de empréstimos concedidos, por CNAE: comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (2011-2014)

CNAE 2.0	Nome	2011		2012		2013		2014	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
G451	Comércio de veículos automotores	231	0,05	52	0	88	0	162	0,01
G452	Manutenção e reparação de veículos automotores	2.393	0,47	22.653	0,91	29.317	0,85	21.054	1,06
G453	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	2.033	0,40	11.904	0,48	12.925	0,38	5.409	0,27
G454	Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios	2.821	0,55	14.829	0,6	14.311	0,42	8.084	0,41
G461	Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	9.486	1,85	107.354	4,33	215.656	6,27	170.113	8,60
G462	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos	3.957	0,77	11.745	0,47	314	0,01	107	0,01
G463	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	11.841	2,31	45.432	1,83	8.443	0,25	866	0,04
G464	Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar	20.389	3,98	67.766	2,74	53.266	1,55	5.039	0,25
G465	Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação	147	0,03	1.123	0,05	217	0,01	35	0,00
G466	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação	374	0,07	1.133	0,05	218	0,01	62	0,00
G467	Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção	1.94	0,38	5.062	0,2	851	0,02	320	0,02
G468	Comércio atacadista especializado em outros produtos	1.318	0,26	5.280	0,21	1.142	0,03	156	0,01
G469	Comércio atacadista não especializado	3.098	0,61	8.072	0,33	1.208	0,04	289	0,01
G471	Comércio varejista não especializado	85.791	16,77	147.607	5,96	77.827	2,26	34.833	1,76
G472	Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	129.869	25,38	550.232	22,21	720.389	20,95	346.296	17,51
G473	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	338	0,07	2.223	0,09	2.358	0,07	906	0,05
G474	Comércio varejista de material de construção	4.483	0,88	26.816	1,08	32.699	0,95	15.526	0,78
G475	Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação, equipamentos e artigos de uso doméstico	42.088	8,23	182.282	7,36	166.275	4,84	88.646	4,48
G476	Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos	2.954	0,58	15.191	0,61	18.48	0,54	8.025	0,41
G477	Comércio varejista de produtos farmacêuticos; perfumaria e cosméticos; e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	41.791	8,17	228.345	9,22	256.439	7,46	143.643	7,26
G478	Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	134.599	26,30	834.391	33,68	1.155.956	33,62	562.576	28,44
G479	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	9.762	1,91	187.720	7,58	670.301	19,49	565.686	28,60
Total		511.703	100	2.477.242	100	3.438.680	100	1.977.852	100

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

Obs.: CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

TEXTO para DISCUSSÃO

TABELA A.2

Quantidade de empréstimos concedidos, por CNAE: outras atividades de serviços (2011-2014)

CNAE 2.0	Nome	2011		2012		2013		2014	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
S9411	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	15	0,08	-	-	7	0	8	0
S9412	Atividades de organizações associativas profissionais	57	0,32	-	-	-	-	5	0
S9420	Atividades de organizações sindicais	51	0,29	-	-	-	-	-	-
S9430	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	-	-	-	-	6	0	10	0
S9491	Atividades de organizações religiosas	2	0,01	-	-	2	0	3	0
S9492	Atividades de organizações políticas	7	0,04	-	-	-	-	7	0
S9499	Atividades associativas não especificadas anteriormente	211	1,18	-	-	-	-	11	0
S9511	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	388	2,17	4.727	2,49	9.578	2,32	6.861	2,42
S9512	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	12	0,07	665	0,35	881	0,21	447	0,16
S9521	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	263	1,47	1.956	1,03	1.813	0,44	892	0,31
S9529	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	760	4,25	8.745	4,61	16.624	4,02	10.083	3,56
S9601	Lavanderias, tinturarias e toalheiros	402	2,25	1.946	1,03	1.52	0,37	956	0,34
S9602	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	14.229	79,55	108.306	57,07	206.407	49,9	108.299	38,22
S9603	Atividades funerárias e serviços relacionados	96	0,54	229	0,12	145	0,04	107	0,04
S9609	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	1.393	7,79	13.108	6,91	47.685	11,53	37.155	13,11
S9600	Outras atividades de serviços pessoais	-	-	50.088	26,39	129.009	31,19	118.505	41,82
Total	-	17.886	100	189.77	100	413.678	100	283.349	100

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

TABELA A.3

Quantidade de empréstimos concedidos, por CNAE: serviços domésticos (2011-2014)

CNAE 2.0	Nome	2011		2012		2013		2014	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
N771	Locação de meios de transporte sem condutor	66	2,74	2.846	5,66	2.777	1,13	147	0,12
N772	Aluguel de objetos pessoais e domésticos	868	36	4.557	9,07	3.426	1,4	1.637	1,31
N773	Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador	230	9,54	1.011	2,01	827	0,34	433	0,35
N774	Gestão de ativos intangíveis não financeiros	1	0,04	4	0,01	1	0	-	-

(Continua)

(Continuação)

CNAE 2.0	Nome	2011		2012		2013		2014	
		Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
N781	Seleção e agenciamento de mão de obra	11	0,46	29	0,06	3	0	12	0,01
N782	Locação de mão de obra temporária	20	0,83	50	0,1	49	0,02	60	0,05
N783	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	1	0,04	6	0,01	6	0	8	0,01
N791	Agências de viagens e operadores turísticos	90	3,73	881	1,75	1.405	0,57	1.147	0,92
N799	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	8	0,33	47	0,09	85	0,03	49	0,04
N801	Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores	33	1,37	3.769	7,5	4.651	1,9	129	0,1
N802	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	6	0,25	71	0,14	39	0,02	44	0,04
N803	Atividades de investigação particular	-	-	71	0,14	99	0,04	140	0,11
N811	Serviços combinados para apoio a edifícios	6	0,25	30	0,06	47	0,02	38	0,03
N812	Atividades de limpeza	402	16,67	30.177	60,05	193.298	78,99	103.523	82,66
N813	Atividades paisagísticas	27	1,12	2.398	4,77	4.717	1,93	3.741	2,99
N821	Serviços de escritório e apoio administrativo	169	7,01	1.339	2,66	1.338	0,55	787	0,63
N822	Atividades de teleatendimento	4	0,17	9	0,02	7	0	11	0,01
N823	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	54	2,24	867	1,73	2.231	0,91	792	0,63
N829	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	415	17,21	2.069	4,12	29.679	12,13	12.54	10,01
Total		2.411	100	50.249	100	244.697	100	125.246	100

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

TABELA A.4

Valor médio dos empréstimos ao ano e CNAE (2011-2014)

	2011	2012	2013	2014
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.315,24	3.209,12	2.525,09	4.290,12
Indústrias extrativas	1.591,26	2.973,66	2.439,08	4.654,29
Indústrias de transformação	2.278,65	1.979,49	1.759,14	2.513,18
Eletricidade e gás	1.362,79	1.226,80	1.751,65	3.761,40
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3.216,87	1.218,99	1.392,98	2.442,29
Construção	2.647,90	1.720,06	1.485,95	2.339,07
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.400,09	1.461,65	1.478,28	1.611,36
Transporte, armazenagem e correio	2.460,22	1.942,56	1.757,87	2.390,06
Alojamento e alimentação	1.937,06	1.609,58	1.858,72	1.917,83
Informação e comunicação	3.474,99	2.310,89	2.047,49	2.685,07
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6.999,33	5.452,77	2.160,63	3.683,59

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

	2011	2012	2013	2014
Atividades imobiliárias	4.030,94	3.626,52	2.495,91	3.048,40
Atividades profissionais, científicas e técnicas	4.835,74	3.408,11	2.495,64	3.293,50
Atividades administrativas e serviços complementares	3.441,46	2.094,99	1.827,97	1.701,22
Administração pública, defesa e seguridade social	1.819,32	3.542,69	3.154,82	3.037,64
Educação	4.058,34	2.076,03	1.886,72	2.849,25
Saúde humana e serviços sociais	2.170,50	4.068,96	3.371,87	5.177,03
Artes, cultura, esporte e recreação	2.751,50	1.493,79	1.301,34	2.166,78
Outras atividades de serviços	1.899,35	1.589,10	1.501,00	2.201,60
Serviços domésticos	1.844,75	2.541,33	2.210,90	1.952,54

Fonte: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014.

Elaboração dos autores.

TABELA A.5

Teste de médias para as variáveis do PSM (2010-2015)

	Indivíduos com rendimentos nos dois períodos			
	Antes do pareamento		Depois do pareamento	
	<i>t</i>	<i>p</i> -valor	<i>t</i>	<i>p</i> -valor
autonomo	2,4819	0,0131	0,1430	0,8863
agua_canalizada	-3,9816	0,0001	0,0127	0,9899
banheiro	8,7617	0,0000	0,0695	0,9446
energia_eletrica	-11,06	0,0000	0,0194	0,9845
coleta_lixo	1,2078	0,2271	0,0000	1,0000
qt_comodos	-12,22	0,0000	-0,094	0,9249
piso_terra	-4,603	0,0000	0,0000	1,0000
casa_alvenaria_rev	-13,70	0,0000	0,0000	1,0000
Observações	175.374		24.762	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015.

Elaboração dos autores.

Obs.: PSM – *propensity score matching*.

TABELA A.6**Teste de médias para as variáveis do PSM (2010-2016)**

	Indivíduos com rendimentos nos dois períodos			
	Antes do pareamento		Depois do pareamento	
	<i>t</i>	<i>p</i> -valor	<i>t</i>	<i>p</i> -valor
autonomo	3,5970	0,0003	-0,1402	0,8885
agua_canalizada	-3,394	0,0007	0,0000	1,0000
banheiro	9,1855	0,0000	0,0560	0,9553
energia_eletrica	-9,2221	0,0000	-0,0569	0,9546
coleta_lixo	0,7825	0,4339	0,0267	0,9787
qt_comodos	-14,036	0,0000	-0,0371	0,9704
piso_terra	-5,050	0,0000	0,2240	0,8228
casa_alvenaria	-11,659	0,0000	0,0000	1,0000
Observações	156.071		23.440	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2016.
Elaboração dos autores.

TABELA A.7**Teste de médias para as variáveis do PSM (2010-2017)**

	Indivíduos com rendimentos nos dois períodos			
	Antes do pareamento		Depois do pareamento	
	<i>t</i>	<i>p</i> -valor	<i>t</i>	<i>p</i> -valor
autonomo	2,9787	0,0029	0,0000	1,0000
agua_canalizada	-5,5928	0,0000	-0,0275	0,9780
banheiro	6,9824	0,0000	0,0147	0,9883
energia_eletrica	-11,952	0,0000	-0,0201	0,9840
coleta_lixo	-1,1532	0,2488	0,0000	1,0000
qt_comodos	-12,071	0,0000	0,0387	0,9691
piso_terra	-4,1544	0,0000	0,1460	0,8839
casa_alvenaria	-13,379	0,0000	-0,0142	0,9887
Observações	136.435		21.130	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2017.
Elaboração dos autores.

TABELA A.8**Teste de médias para as variáveis do PSM (2010-2018)**

	Indivíduos com rendimentos nos dois períodos			
	Antes do pareamento		Depois do pareamento	
	<i>t</i>	<i>p</i> -valor	<i>t</i>	<i>p</i> -valor
autonomo	4,1767	0,0000	0,1205	0,9041
agua_canalizada	-6,3766	0,0000	0,0215	0,9828
banheiro	10,228	0,0000	0,0686	0,9453
energia_eletrica	-13,734	0,0000	0,0309	0,9754
coleta_lixo	-1,2203	0,2224	-0,0111	0,9912
qt_comodos	-15,907	0,0000	-0,1077	0,9142
piso_terra	-5,5799	0,0000	0,1927	0,8472
casa_alvenaria	-17,323	0,0000	0,0000	1,0000
Observações	220.735		34.596	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2017.
Elaboração dos autores.

TABELA A.9**Teste de médias para as variáveis do PSM (2010-2019)**

	Indivíduos com rendimentos nos dois períodos			
	Antes do pareamento		Depois do pareamento	
	<i>t</i>	<i>p</i> -valor	<i>t</i>	<i>p</i> -valor
autonomo	1,4678	0,1422	-1,4146	0,1573
agua_canalizada	-0,8347	0,4039	-0,0317	0,9747
banheiro	4,9531	0,0000	-0,0331	0,9736
energia_eletrica	-4,3694	0,000	0,0000	1,0000
coleta_lixo	1,0154	0,3099	0,0326	0,9740
qt_comodos	-3,760	0,0002	-0,1282	0,8980
piso_terra	-2,2654	0,0235	0,4474	0,6546
casa_alvenaria_rev	-4,6727	0,0000	-0,0323	0,9742
Observações	24.896		3.990	

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2019.
Elaboração dos autores.

TABELA A.10**Resultados do diferenças em diferenças: por faixa de renda (2010-2015)**

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
diff	0,00963 (0,0256)	-0,0173 (0,0169)	-0,00237 (0,0272)	-0,0288 (0,0184)	-0,0560 (0,0608)
tratamento	0,0547*** (0,0192)	0,0574*** (0,0136)	0,0301 (0,0212)	0,0117 (0,0139)	0,0159 (0,0491)
tempo	0,553*** (0,0186)	0,0439*** (0,0123)	0,0155 (0,0198)	-0,123*** (0,0134)	-0,296*** (0,0446)
idade	0,0168*** (0,00481)	0,0378*** (0,00372)	0,00675 (0,00625)	0,000266 (0,00388)	-0,00436 (0,0156)
idade2	-0,00023*** (6,00e-05)	-0,000455*** (4,50e-05)	-7,43e-05 (7,39e-05)	2,66e-05 (4,68e-05)	6,15e-05 (0,000186)
feminino	-0,154*** (0,0144)	-0,0946*** (0,0111)	0,0887*** (0,0158)	-0,0196** (0,01000)	0,0377 (0,0389)
negro	-0,0115 (0,0313)	-0,00816 (0,0220)	-0,0327 (0,0306)	-0,0440** (0,0186)	0,103 (0,0843)
parda	0,00495** (0,00219)	0,00315** (0,00148)	0,000379 (0,00193)	0,00306** (0,00126)	-0,00403 (0,00427)
indigena	-0,227** (0,0905)	-0,0432 (0,0651)	0,198 (0,168)	0,0436 (0,113)	0,0507 (0,188)
amarelo	-0,126 (0,125)	-0,140* (0,0727)	-0,00558 (0,107)	-0,119 (0,0874)	0,402** (0,178)
deficiente	-0,113 (0,144)	-0,00230 (0,0805)	0,111 (0,109)	-0,0255 (0,0629)	0,107 (0,188)
ensino_medio	0,196*** (0,0204)	0,184*** (0,0146)	0,107*** (0,0173)	0,0405*** (0,0104)	-0,0106 (0,0373)
Constante	3,706*** (0,556)	4,797*** (0,135)	6,117*** (0,167)	6,639*** (0,133)	7,411*** (0,492)
Observações	12.724	18.556	4.216	8.268	916
Número de indivíduos	6.362	9.278	2.108	4.134	458

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.11**Resultados do diferenças em diferenças: por faixa de renda (2010-2016)**

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
diff	0,0180 (0,0259)	0,00852 (0,0171)	0,000299 (0,0356)	-0,0458* (0,0246)	0,0715 (0,0619)
tratamento	0,0563*** (0,0194)	0,0581*** (0,0136)	0,0221 (0,0276)	0,0140 (0,0185)	0,00473 (0,0481)

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
tempo	0,585*** (0,0190)	0,0113 (0,0126)	-0,0208 (0,0264)	-0,157*** (0,0182)	-0,358*** (0,0457)
idade	0,0232*** (0,00503)	0,0374*** (0,00365)	0,0151* (0,00826)	0,00430 (0,00520)	-0,00255 (0,0143)
idade2	-0,00032*** (6,31e-05)	-0,00045*** (4,46e-05)	-0,000169* (9,64e-05)	1,05e-05 (6,21e-05)	6,58e-05 (0,000168)
feminino	-0,130*** (0,0146)	-0,110*** (0,0110)	0,113*** (0,0209)	-0,0298** (0,0132)	0,00304 (0,0376)
negro	-0,0417 (0,0321)	-0,0508** (0,0217)	-0,0803** (0,0405)	-0,0429* (0,0248)	-0,0368 (0,0700)
parda	0,00825*** (0,00223)	0,00317** (0,00148)	0,00531** (0,00256)	0,00498*** (0,00167)	0,00582 (0,00436)
indigena	-0,400*** (0,0847)	-0,169*** (0,0564)	0,0314 (0,171)	0,0206 (0,119)	-0,311 (0,211)
amarelo	-0,114 (0,116)	-0,00325 (0,0844)	-0,0802 (0,189)	0,171* (0,101)	-
deficiente	-0,121 (0,150)	-0,0765 (0,0782)	0,0264 (0,123)	-0,0304 (0,0806)	-0,266 (0,185)
ensino_medio	0,192*** (0,0203)	0,172*** (0,0143)	0,125*** (0,0225)	0,0521*** (0,0136)	-0,0435 (0,0381)
Constante	4,609*** (0,307)	5,144*** (0,139)	5,992*** (0,238)	6,491*** (0,184)	6,793*** (0,389)
Observações	12.596	19.136	3.464	6.368	852
Número de indivíduos	6.298	9.568	1.732	3.184	426

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2016.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.12

Resultados do *diferenças em diferenças*: por faixa de renda (2010-2017)

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
diff	0,00413 (0,0268)	0,00898 (0,0174)	0,0380 (0,0528)	-0,0201 (0,0269)	0,0175 (0,0753)
tratamento	0,0281 (0,0200)	0,0541*** (0,0138)	0,0313 (0,0404)	0,0196 (0,0201)	0,00796 (0,0552)
tempo	0,606*** (0,0200)	-0,0379*** (0,0131)	-0,103*** (0,0397)	-0,176*** (0,0201)	-0,390*** (0,0561)
idade	0,0220*** (0,00506)	0,0328*** (0,00379)	0,0232* (0,0121)	-0,00507 (0,00582)	0,0182 (0,0158)
idade2	-0,00031*** (6,33e-05)	-0,00038*** (4,62e-05)	-0,000268* (0,000142)	0,000113 (6,97e-05)	-0,000142 (0,000182)

(Continua)

(Continuação)

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
feminino	-0,0996*** (0,0152)	-0,126*** (0,0111)	0,149*** (0,0300)	-0,0230 (0,0144)	0,00235 (0,0425)
negro	-0,0992*** (0,0335)	-0,0412* (0,0225)	-0,0623 (0,0562)	-0,0966*** (0,0286)	0,0366 (0,0724)
parda	0,0111*** (0,00238)	0,00247 (0,00152)	-0,000160 (0,00366)	0,00577*** (0,00181)	-0,00399 (0,00514)
indígena	-0,429*** (0,0795)	-0,0843 (0,0660)	-0,00284 (0,253)	0,0561 (0,114)	0,357 (0,369)
amarelo	-0,101 (0,114)	-0,155* (0,0874)	0,0673 (0,201)	0,0342 (0,105)	0,123 (0,372)
deficiente	-0,0205 (0,123)	-0,274*** (0,0804)	0,517*** (0,189)	0,115 (0,0764)	-0,159 (0,150)
ensino_medio	0,219*** (0,0209)	0,169*** (0,0147)	0,150*** (0,0344)	0,0647*** (0,0149)	0,0847* (0,0447)
Constante	4,823*** (0,394)	5,241*** (0,127)	5,843*** (0,305)	6,671*** (0,226)	6,530*** (0,598)
Observações	11.300	18.740	1.936	5.704	724
Número de indivíduos	5.650	9.370	968	2.852	362

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2017.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.13

Resultados do diferenças em diferenças: por faixa de renda (2010-2018)

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
diff	0,0533** (0,0215)	0,00450 (0,0144)	0,0343 (0,0367)	-0,0250 (0,0208)	0,0777 (0,0570)
tratamento	0,0316** (0,0159)	0,0473*** (0,0112)	0,0210 (0,0282)	0,0141 (0,0155)	0,0103 (0,0423)
tempo	0,573*** (0,0163)	-0,0625*** (0,0110)	-0,107*** (0,0280)	-0,181*** (0,0158)	-0,393*** (0,0434)
idade	0,0295*** (0,00407)	0,0344*** (0,00299)	0,0350*** (0,00829)	-0,00103 (0,00426)	0,0136 (0,0123)
idade2	-0,000424*** (5,06e-05)	-0,000427*** (3,63e-05)	-0,000418*** (9,64e-05)	6,05e-05 (5,03e-05)	-0,000143 (0,000143)
feminino	-0,130*** (0,0121)	-0,134*** (0,00881)	0,135*** (0,0216)	-0,0271** (0,0112)	-0,0423 (0,0310)
negro	-0,0478* (0,0262)	-0,0374** (0,0181)	-0,0320 (0,0410)	-0,0737*** (0,0216)	-0,00943 (0,0567)

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
parda	0,00686*** (0,00186)	0,00224* (0,00122)	0,00474* (0,00260)	0,00426*** (0,00142)	0,00817** (0,00370)
indigena	-0,319*** (0,0672)	-0,0657 (0,0527)	-0,163 (0,178)	0,152 (0,0946)	0,109 (0,264)
amarelo	-0,0696 (0,102)	-0,0208 (0,0662)	-0,0804 (0,180)	0,0663 (0,0868)	-0,607** (0,304)
deficiente	0,106 (0,0908)	-0,144** (0,0602)	-0,252** (0,125)	0,119** (0,0581)	0,0452 (0,125)
ensino_medio	0,191*** (0,0166)	0,167*** (0,0117)	0,172*** (0,0244)	0,0731*** (0,0114)	0,0267 (0,0325)
Constante	4,307*** (0,324)	5,176*** (0,111)	5,661*** (0,219)	6,542*** (0,228)	6,711*** (0,575)
Observações	18.276	28.940	4.140	9.780	1.308
Número de indivíduos	9.138	14.470	2.070	4.890	654

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2018.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.14

Resultados do diferenças em diferenças: por faixa de renda (2010-2019)

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
diff	0,0141 (0,0712)	-0,0669 (0,0441)	-0,131 (0,119)	0,0115 (0,0564)	0,0209 (0,181)
tratamento	0,0401 (0,0515)	0,0659* (0,0344)	0,0651 (0,0943)	0,0272 (0,0431)	0,0302 (0,164)
tempo	0,653*** (0,0549)	-0,0345 (0,0345)	-0,0774 (0,0925)	-0,0609 (0,0435)	-0,371*** (0,143)
idade	0,0255** (0,0128)	0,0487*** (0,00888)	0,0469* (0,0261)	0,00470 (0,0112)	-0,0348 (0,0397)
idade2	-0,000313** (0,000158)	-0,000626*** (0,000109)	-0,000581* (0,000300)	-6,25e-05 (0,000130)	0,000484 (0,000446)
feminino	-0,121*** (0,0398)	-0,167*** (0,0271)	0,0931 (0,0723)	-0,0423 (0,0309)	-0,0703 (0,121)
negro	-0,128 (0,0869)	-0,119** (0,0601)	-0,0738 (0,135)	-0,0684 (0,0674)	0,124 (0,257)
parda	-0,000134 (0,00584)	0,00279 (0,00388)	0,0105 (0,00915)	0,00505 (0,00382)	-0,0210 (0,0139)
indigena	0,0643 (0,184)	0,212 (0,171)	0,478 (0,513)	0,0993 (0,169)	-
amarelo	0,145 (0,347)	-0,379 (0,280)	0,441 (0,517)	0,156 (0,281)	-
deficiente	0,235 (0,300)	0,314* (0,170)	0,0846 (0,345)	0,0888 (0,158)	0,644 (0,406)

(Continua)

(Continuação)

	Até R\$ 99,99	De R\$ 100,00 a R\$ 399,99	De R\$ 400,00 a R\$ 699,99	De R\$ 700,00 a R\$ 999,99	Acima de R\$ 1.000,00
ensino_medio	0,254*** (0,0516)	0,165*** (0,0361)	0,260*** (0,0837)	0,0822*** (0,0317)	0,242** (0,119)
Constante	5,709*** (0,808)	4,756*** (0,454)	-	6,705*** (0,425)	7,334*** (0,972)
Observações	1.852	3.544	500	1.152	200
Número de indivíduos	926	1.772	250	576	100

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2019.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.15

Resultados do *diferenças em diferenças*: por quantidade de empréstimos (2010-2015)

	1	2	3	4	5	De 6 a 9	Acima de 10
diff	0,0457** (0,0201)	0,0181 (0,0254)	0,0758** (0,0303)	0,0266 (0,0335)	-0,0457 (0,0324)	0,0695** (0,0309)	0,156 (0,219)
tratamento	0,0261 (0,0218)	0,0414 (0,0280)	-0,0183 (0,0344)	-0,0137 (0,0392)	0,0465 (0,0384)	-0,00548 (0,0380)	-0,301 (0,290)
tempo	0,0720*** (0,0152)	0,0833*** (0,0192)	0,0929*** (0,0230)	0,106*** (0,0254)	0,0885*** (0,0246)	0,0822*** (0,0234)	0,0202 (0,165)
idade	0,0779*** (0,00586)	0,0788*** (0,00740)	0,0811*** (0,00903)	0,0806*** (0,00991)	0,0823*** (0,00965)	0,0973*** (0,00935)	0,176** (0,0753)
idade2	-0,000824*** (7,16e-05)	-0,000863*** (9,05e-05)	-0,000879*** (0,000110)	-0,000855*** (0,000122)	-0,000850*** (0,000118)	-0,00105*** (0,000114)	-0,00176* (0,000916)
feminino	-0,0917*** (0,0195)	-0,0334 (0,0247)	-0,0593** (0,0297)	-0,0749** (0,0334)	-0,00839 (0,0327)	-0,0139 (0,0307)	-0,246 (0,231)
negro	-0,0394 (0,0359)	-0,00956 (0,0468)	-0,0387 (0,0571)	-0,0171 (0,0645)	-0,0697 (0,0625)	-0,00810 (0,0590)	-0,576 (0,852)
parda	0,00439* (0,00243)	0,00549* (0,00306)	0,00681* (0,00377)	0,0104** (0,00414)	0,00780* (0,00408)	0,0117*** (0,00377)	0,0216 (0,0244)
indigena	-0,0766 (0,146)	-0,125 (0,157)	-0,180 (0,211)	0,0563 (0,227)	0,0643 (0,181)	-0,417** (0,191)	1,111* (0,602)
amarelo	-0,344*** (0,115)	-0,396*** (0,148)	-0,435** (0,186)	-0,161 (0,209)	-0,563*** (0,211)	-0,270 (0,200)	-
deficiente	-0,154 (0,103)	-0,159 (0,126)	0,180 (0,161)	-0,226 (0,174)	-0,0802 (0,190)	0,124 (0,166)	0,360 (0,835)
ensino_medio	0,456*** (0,0211)	0,384*** (0,0268)	0,488*** (0,0332)	0,511*** (0,0370)	0,485*** (0,0359)	0,487*** (0,0325)	0,368* (0,199)
Constante	4,223*** (0,225)	4,444*** (0,323)	4,631*** (0,378)	4,642*** (0,528)	4,494*** (0,523)	4,308*** (0,529)	-
Observações	14.820	9.328	6.680	5.736	5.920	7.056	152
Número de indivíduos	7.410	4.664	3.340	2.868	2.960	3.528	76

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TEXTO para DISCUSSÃO

TABELA A.16
Resultados do diferenças em diferenças: por quantidade de empréstimos (2010-2016)

	1	2	3	4	5	De 6 a 9	Acima de 10
diff	0,0664*** (0,0220)	0,0653** (0,0283)	0,0777** (0,0336)	0,0850** (0,0365)	0,0584* (0,0353)	0,100*** (0,0338)	0,203 (0,347)
tratamento	0,0338 (0,0227)	0,0668** (0,0291)	0,0237 (0,0359)	0,0321 (0,0398)	0,0249 (0,0390)	0,0414 (0,0399)	0,130 (0,507)
tempo	0,0422** (0,0170)	0,0461** (0,0217)	0,0622** (0,0259)	0,0560** (0,0283)	0,0483* (0,0274)	0,0303 (0,0263)	0,0533 (0,284)
idade	0,0717*** (0,00598)	0,0815*** (0,00761)	0,0847*** (0,00938)	0,100*** (0,0104)	0,0916*** (0,00983)	0,0928*** (0,00919)	0,413*** (0,106)
idade2	-0,00076*** (7,35e-05)	-0,00087*** (9,29e-05)	-0,00092*** (0,000115)	-0,0011*** (0,000128)	-0,00097*** (0,000120)	-0,00095*** (0,000110)	-0,00499*** (0,00130)
feminino	-0,0854*** (0,0201)	-0,0779*** (0,0253)	-0,115*** (0,0309)	-0,101*** (0,0338)	-0,0736** (0,0331)	-0,0657** (0,0325)	-0,443 (0,383)
negro	-0,0238 (0,0374)	0,0176 (0,0471)	-0,0488 (0,0576)	0,0445 (0,0627)	0,00844 (0,0625)	0,126** (0,0639)	0,416 (0,683)
parda	0,00626** (0,00255)	0,00571* (0,00321)	0,0126*** (0,00394)	0,00693 (0,00437)	0,00763* (0,00421)	0,00148 (0,00397)	-0,000905 (0,0481)
indigena	0,0740 (0,158)	-0,339* (0,191)	0,0523 (0,251)	0,485 (0,340)	0,0419 (0,232)	-0,0730 (0,230)	-
amarelo	-0,446*** (0,100)	-0,535*** (0,134)	-0,241 (0,179)	-0,260 (0,171)	-0,220 (0,179)	-0,218 (0,176)	-0,414 (0,977)
deficiente	-0,0651 (0,100)	-0,231* (0,135)	-0,351** (0,160)	-0,294 (0,181)	0,0510 (0,162)	-0,102 (0,154)	-
ensino_medio	0,437*** (0,0219)	0,459*** (0,0276)	0,472*** (0,0343)	0,506*** (0,0372)	0,524*** (0,0373)	0,467*** (0,0344)	0,434 (0,379)
Constante	4,482*** (0,253)	4,645*** (0,483)	4,507*** (0,508)	4,502*** (0,857)	4,667*** (0,856)	4,606*** (0,887)	-1,493 (2,623)
Observações	14.076	8.852	6.304	5.488	5.788	6.484	92
Número de indivíduos	7.038	4.426	3.152	2.744	2.894	3.242	46

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2016.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.17

Resultados do diferenças em diferenças: por quantidade de empréstimos (2010-2017)

	1	2	3	4	5	De 6 a 9	Acima de 10
diff	0,0799*** (0,0238)	0,0599* (0,0306)	0,101*** (0,0348)	0,0998*** (0,0369)	0,0374 (0,0378)	0,0693** (0,0343)	0,195 (0,307)
tratamento	0,0355 (0,0238)	0,0772** (0,0308)	-0,0297 (0,0368)	-0,000361 (0,0395)	0,0388 (0,0403)	0,0513 (0,0389)	0,0923 (0,574)
tempo	0,00121 (0,0188)	0,00463 (0,0241)	0,0328 (0,0277)	0,0117 (0,0295)	0,00743 (0,0302)	0,0133 (0,0276)	-0,295 (0,286)
idade	0,0814*** (0,00612)	0,0790*** (0,00785)	0,0791*** (0,00908)	0,0920*** (0,00983)	0,0806*** (0,0100)	0,0824*** (0,00898)	0,232** (0,105)
idade2	-0,000878*** (7,50e-05)	-0,000854*** (9,61e-05)	-0,000895*** (0,000111)	-0,00102*** (0,000121)	-0,000841*** (0,000122)	-0,000869*** (0,000107)	-0,00215* (0,00122)
feminino	-0,111*** (0,0208)	-0,106*** (0,0265)	-0,127*** (0,0319)	-0,0835** (0,0336)	-0,0942*** (0,0342)	-0,0646** (0,0319)	-0,357 (0,488)
negro	-0,0702* (0,0395)	-0,00672 (0,0514)	-0,0983 (0,0618)	-0,0370 (0,0648)	-0,0967 (0,0676)	-0,0232 (0,0640)	0,104 (0,548)
parda	0,00428 (0,00272)	0,00289 (0,00343)	0,0115*** (0,00414)	0,0100** (0,00440)	0,0112** (0,00450)	0,00672* (0,00400)	0,00407 (0,0473)
indigena	-0,252 (0,179)	-0,197 (0,171)	-0,615** (0,282)	-0,134 (0,290)	-0,275 (0,221)	-0,349 (0,239)	1,340* (0,795)
amarelo	-0,543*** (0,106)	-0,391*** (0,151)	-0,492*** (0,156)	-0,559*** (0,198)	-0,618*** (0,183)	-0,405** (0,176)	-
deficiente	-0,147 (0,0996)	0,0181 (0,123)	0,0720 (0,141)	-0,0102 (0,143)	0,0602 (0,159)	-0,114 (0,141)	-
ensino_medio	0,431*** (0,0235)	0,458*** (0,0298)	0,448*** (0,0354)	0,461*** (0,0378)	0,473*** (0,0396)	0,502*** (0,0353)	1,033** (0,445)
Constante	4,170*** (0,222)	4,289*** (0,304)	4,480*** (0,310)	3,817*** (0,385)	4,154*** (0,368)	4,182*** (0,383)	-
Observações	12.536	7.704	5.612	5.296	5.120	6.040	76
Número de indivíduos	6.268	3.852	2.806	2.648	2.560	3.020	38

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2017.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.18

Resultados do *diferenças em diferenças*: por quantidade de empréstimos
(2010-2018)

	1	2	3	4	5	De 6 a 9	Acima de 10
diff	0,0679*** (0,0188)	0,0602** (0,0243)	0,106*** (0,0277)	0,0969*** (0,0296)	0,0473 (0,0293)	0,140*** (0,0282)	0,115 (0,234)
tratamento	0,0286 (0,0188)	0,0365 (0,0241)	-0,0296 (0,0293)	-0,0221 (0,0311)	0,00460 (0,0311)	-0,0115 (0,0312)	0,191 (0,300)
tempo	-0,0271* (0,0154)	-0,0114 (0,0197)	0,00982 (0,0228)	-0,00841 (0,0243)	-0,00797 (0,0240)	-0,0103 (0,0232)	-0,0826 (0,204)
idade	0,0627*** (0,00458)	0,0696*** (0,00588)	0,0684*** (0,00688)	0,0781*** (0,00737)	0,0653*** (0,00715)	0,0828*** (0,00716)	0,268*** (0,0664)
idade2	-0,000648*** (5,55e-05)	-0,000739*** (7,12e-05)	-0,000760*** (8,32e-05)	-0,000850*** (8,90e-05)	-0,000661*** (8,58e-05)	-0,000882*** (8,57e-05)	-0,00284*** (0,000796)
feminino	-0,0806*** (0,0165)	-0,0951*** (0,0207)	-0,0904*** (0,0251)	-0,0780*** (0,0264)	-0,0590** (0,0262)	-0,0709*** (0,0252)	-0,215 (0,260)
negro	-0,0334 (0,0310)	-0,0239 (0,0400)	-0,0570 (0,0475)	-0,0128 (0,0500)	-0,0531 (0,0514)	0,0331 (0,0498)	-1,359*** (0,519)
parda	0,00445** (0,00213)	0,000795 (0,00269)	0,00985*** (0,00325)	0,0111*** (0,00344)	0,00752** (0,00339)	0,00349 (0,00317)	0,0222 (0,0297)
amarelo	-0,0741 (0,119)	-0,0804 (0,153)	0,0274 (0,227)	-0,143 (0,214)	0,0992 (0,173)	-0,236 (0,184)	1,212* (0,707)
indigena	-0,411*** (0,0867)	-0,337*** (0,118)	-0,402*** (0,145)	-0,393*** (0,138)	-0,332** (0,154)	-0,281* (0,154)	-1,074 (1,355)
deficiente	0,000180 (0,0774)	0,0635 (0,0952)	-0,103 (0,106)	0,0444 (0,117)	0,00656 (0,123)	0,0842 (0,109)	-
ensino_medio	0,421*** (0,0183)	0,447*** (0,0231)	0,396*** (0,0277)	0,447*** (0,0296)	0,459*** (0,0302)	0,476*** (0,0275)	0,425* (0,220)
Constante	4,416*** (0,208)	4,445*** (0,302)	4,713*** (0,358)	4,290*** (0,393)	4,472*** (0,362)	4,097*** (0,400)	1,470 (1,793)
Observações	20.312	12.644	9.316	8.528	8.680	9.784	156
Número de indivíduos	10.156	6.322	4.658	4.264	4.340	4.892	78

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2018.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.19

Resultados do diferenças em diferenças: por quantidade de empréstimos (2010-2019)

	1	2	3	4	5	De 6 a 9
diff	0,0112 (0,0570)	0,0400 (0,0746)	0,0323 (0,0814)	0,152 (0,102)	-0,0983 (0,0865)	0,147* (0,0886)
tratamento	0,0280 (0,0594)	0,0971 (0,0740)	0,0666 (0,0880)	-0,00299 (0,0987)	0,0434 (0,0895)	0,0428 (0,0935)
tempo	-0,0638 (0,0491)	-0,0678 (0,0630)	-0,0492 (0,0718)	-0,102 (0,0854)	-0,123* (0,0732)	-0,0755 (0,0748)
idade	0,0840*** (0,0134)	0,0637*** (0,0177)	0,0650*** (0,0200)	0,0585** (0,0236)	0,0625*** (0,0198)	0,101*** (0,0216)
idade2	-0,000863*** (0,000161)	-0,000548** (0,000213)	-0,000647*** (0,000242)	-0,000494* (0,000289)	-0,000560** (0,000236)	-0,000980*** (0,000258)
feminino	-0,105** (0,0517)	0,0411 (0,0634)	-0,0640 (0,0774)	-0,0205 (0,0814)	-0,0381 (0,0771)	-0,139* (0,0747)
negro	-0,107 (0,103)	-0,199* (0,121)	0,0469 (0,157)	-0,131 (0,166)	-0,0291 (0,153)	0,000671 (0,144)
parda	0,00616 (0,00672)	-0,00149 (0,00837)	0,000756 (0,0103)	0,00476 (0,0111)	-0,00540 (0,0108)	-0,000701 (0,00967)
indigena	0,573 (0,412)	-0,637 (0,818)	0,894 (0,834)	-	0,384 (0,604)	1,078* (0,653)
amarelo	-0,101 (0,280)	-0,0664 (0,273)	-0,0488 (0,332)	-0,336 (0,438)	0,372 (0,383)	-0,00933 (0,517)
deficiente	0,322 (0,207)	0,260 (0,312)	0,0873 (0,343)	-0,304 (0,530)	0,165 (0,344)	0,281 (0,309)
ensino_medio	0,417*** (0,0556)	0,448*** (0,0705)	0,471*** (0,0817)	0,507*** (0,0906)	0,514*** (0,0836)	0,635*** (0,0790)
Constante	3,956*** (0,499)	4,114*** (0,611)	4,247*** (0,648)	3,447*** (1,032)	3,400*** (0,938)	2,980*** (0,764)
Observações	2.212	1.508	1.108	912	1.032	1.220
Número de indivíduos	1.106	754	554	456	516	610

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2019.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.20

Resultados do diferenças em diferenças: por valor dos empréstimos (2010-2015)

	Até R\$ 499,99	De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,99	De R\$ 2.000 a R\$ 4.999,99	De R\$ 5.000 a R\$ 9.999,99	Acima de R\$ 10.000
diff	-0,0265 (0,0675)	0,0191 (0,0319)	0,0185 (0,0252)	0,0503*** (0,0194)	0,0354 (0,0230)	0,133*** (0,0408)
tratamento	0,0346 (0,0720)	-0,00533 (0,0364)	0,0351 (0,0282)	0,0147 (0,0214)	0,0479* (0,0260)	0,0232 (0,0485)
tempo	0,122** (0,0508)	0,0793*** (0,0241)	0,0893*** (0,0191)	0,0739*** (0,0147)	0,0788*** (0,0174)	0,0781** (0,0310)

(Continua)

TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

	Até R\$ 499,99	De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,99	De R\$ 2.000 a R\$ 4.999,99	De R\$ 5.000 a R\$ 9.999,99	Acima de R\$ 10.000
idade	0,0805*** (0,0186)	0,0726*** (0,00934)	0,0848*** (0,00727)	0,0796*** (0,00565)	0,0854*** (0,00682)	0,0918*** (0,0124)
idade2	-0,000942*** (0,000227)	-0,000765*** (0,000115)	-0,000920*** (8,89e-05)	-0,000861*** (6,92e-05)	-0,000913*** (8,27e-05)	-0,000965*** (0,000151)
feminino	-0,366*** (0,0647)	-0,118*** (0,0319)	-0,0216 (0,0249)	-0,0754*** (0,0187)	-0,00646 (0,0225)	-0,0463 (0,0398)
negro	0,0260 (0,125)	-0,0169 (0,0574)	-0,0425 (0,0463)	-0,0864** (0,0358)	0,0333 (0,0427)	-0,0835 (0,0787)
parda	0,00203 (0,00778)	0,00761* (0,00402)	0,00700** (0,00317)	0,00764*** (0,00233)	0,00477* (0,00277)	0,00791* (0,00481)
amarelo	-0,478 (0,442)	-0,186 (0,208)	-0,162 (0,189)	-0,0639 (0,121)	-0,131 (0,144)	-0,0747 (0,221)
indigena	-0,103 (0,379)	-0,542*** (0,174)	-0,339** (0,133)	-0,315** (0,124)	-0,336** (0,153)	-0,181 (0,270)
deficiente	-0,370 (0,339)	-0,0532 (0,197)	-0,237* (0,127)	0,0797 (0,102)	-0,160 (0,126)	0,141 (0,202)
ensino_medio	0,583*** (0,0719)	0,402*** (0,0360)	0,439*** (0,0270)	0,454*** (0,0205)	0,449*** (0,0243)	0,477*** (0,0420)
Constante	4,564*** (0,658)	4,594*** (0,405)	4,428*** (0,360)	4,458*** (0,233)	4,423*** (0,286)	4,700*** (0,649)
Observações	1.316	5.856	9.308	16.832	12.380	4.000
Número de indivíduos	658	2.928	4.654	8.416	6.190	2.000

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2015.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.21

Resultados do diferenças em diferenças: por valor dos empréstimos (2010-2016)

	Até R\$ 499,99	De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,99	De R\$ 2.000 a R\$ 4.999,99	De R\$ 5.000 a R\$ 9.999,99	Acima de R\$ 10.000
diff	-0,0532 (0,0768)	0,0381 (0,0348)	0,0519* (0,0280)	0,0819*** (0,0209)	0,108*** (0,0248)	0,163*** (0,0457)
tratamento	0,120 (0,0841)	0,0397 (0,0372)	0,0571* (0,0292)	0,0350 (0,0219)	0,0265 (0,0268)	0,0189 (0,0521)
tempo	0,107* (0,0597)	0,0542** (0,0268)	0,0469** (0,0216)	0,0324** (0,0162)	0,0349* (0,0193)	0,0331 (0,0357)
idade	0,0982*** (0,0213)	0,0832*** (0,00946)	0,0811*** (0,00757)	0,0746*** (0,00574)	0,0791*** (0,00697)	0,102*** (0,0123)
idade2	-0,00110*** (0,000264)	-0,000928*** (0,000117)	-0,000865*** (9,31e-05)	-0,000780*** (7,02e-05)	-0,000828*** (8,45e-05)	-0,00105*** (0,000147)
feminino	-0,259*** (0,0729)	-0,139*** (0,0318)	-0,0568** (0,0258)	-0,0959*** (0,0190)	-0,0447* (0,0231)	-0,0533 (0,0433)
negro	0,0788 (0,134)	0,0506 (0,0599)	-0,0629 (0,0469)	-0,0136 (0,0360)	0,0143 (0,0437)	0,0856 (0,0847)
parda	-0,00374 (0,00860)	0,00562 (0,00426)	0,00683** (0,00329)	0,00796*** (0,00243)	0,00742*** (0,00286)	0,000934 (0,00515)
amarelo	-1,791** (0,806)	0,390 (0,272)	-0,245 (0,192)	-0,206 (0,144)	-0,0798 (0,173)	-0,182 (0,329)
indigena	-0,473* (0,259)	-0,214 (0,163)	-0,443*** (0,123)	-0,403*** (0,100)	-0,486*** (0,133)	0,120 (0,258)
deficiente	-0,178 (0,360)	-0,116 (0,159)	-0,169 (0,123)	-0,103 (0,102)	-0,00292 (0,120)	0,195 (0,215)

(Continua)

(Continuação)

	Até R\$ 499,99	De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,99	De R\$ 2.000 a R\$ 4.999,99	De R\$ 5.000 a R\$ 9.999,99	Acima de R\$ 10.000
ensino_medio	0,511*** (0,0823)	0,449*** (0,0368)	0,447*** (0,0281)	0,477*** (0,0206)	0,438*** (0,0253)	0,512*** (0,0450)
Constante	4,818*** (0,957)	4,612*** (0,407)	4,390*** (0,389)	4,294*** (0,252)	4,289*** (0,398)	4,399*** (0,908)
Observações	1.164	5.820	8.844	16.012	11.576	3.668
Número de indivíduos	582	2.910	4.422	8.006	5.788	1.834

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2016.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.22

Resultados do diferenças em diferenças: por valor dos empréstimos (2010-2017)

	Até R\$ 499,99	De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,99	De R\$ 2.000 a R\$ 4.999,99	De R\$ 5.000 a R\$ 9.999,99	Acima de R\$ 10.000
diff	0,0285 (0,0738)	0,0547 (0,0379)	0,0492 (0,0301)	0,0868*** (0,0228)	0,0706*** (0,0255)	0,128*** (0,0468)
tratamento	0,0581 (0,0792)	0,000986 (0,0395)	0,0424 (0,0305)	0,0247 (0,0228)	0,0527** (0,0269)	0,0640 (0,0526)
tempo	-0,0220 (0,0589)	0,0183 (0,0299)	0,00729 (0,0237)	0,0209 (0,0180)	0,0145 (0,0204)	0,00424 (0,0376)
idade	0,0786*** (0,0201)	0,101*** (0,00973)	0,0785*** (0,00767)	0,0724*** (0,00587)	0,0770*** (0,00684)	0,0866*** (0,0119)
idade2	-0,000873*** (0,000245)	-0,00114*** (0,000120)	-0,000847*** (9,39e-05)	-0,000787*** (7,19e-05)	-0,000815*** (8,31e-05)	-0,000904*** (0,000141)
feminino	-0,284*** (0,0694)	-0,148*** (0,0334)	-0,0734*** (0,0266)	-0,102*** (0,0196)	-0,0625*** (0,0231)	-0,0643 (0,0430)
negro	-0,0750 (0,132)	-0,0270 (0,0621)	-0,0812 (0,0510)	-0,0625 (0,0382)	-0,0261 (0,0456)	-0,00694 (0,0869)
parda	0,0117 (0,00809)	0,00552 (0,00445)	0,00467 (0,00351)	0,00774*** (0,00258)	0,00600** (0,00297)	0,00230 (0,00515)
amarelo	-0,260 (0,751)	-0,115 (0,309)	-0,419** (0,200)	-0,218 (0,144)	-0,237 (0,177)	0,179 (0,282)
indigena	-0,243 (0,315)	-0,535*** (0,155)	-0,615*** (0,135)	-0,265** (0,109)	-0,519*** (0,133)	-0,532** (0,248)
deficiente	-0,102 (0,265)	-0,201 (0,156)	-0,0836 (0,125)	0,0596 (0,0978)	-0,0425 (0,102)	-0,252 (0,211)
ensino_medio	0,540*** (0,0789)	0,406*** (0,0401)	0,439*** (0,0299)	0,444*** (0,0223)	0,435*** (0,0258)	0,503*** (0,0466)
Constante	4,481*** (0,559)	3,993*** (0,339)	4,191*** (0,274)	4,452*** (0,216)	4,242*** (0,255)	4,023*** (0,546)
Observações	1.084	5.124	7.868	14.112	10.788	3.408
Número de indivíduos	542	2.562	3.934	7.056	5.394	1.704

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2017.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.23

Resultados do diferenças em diferenças: por valor dos empréstimos (2010-2018)

	Até R\$ 499,99	De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,99	De R\$ 2.000 a R\$ 4.999,99	De R\$ 5.000 a R\$ 9.999,99	Acima de R\$ 10.000
diff	0,00297 (0,0630)	0,0462 (0,0295)	0,0460* (0,0235)	0,0983*** (0,0179)	0,0996*** (0,0208)	0,188*** (0,0375)
tratamento	0,0243 (0,0650)	-0,000229 (0,0309)	0,0372 (0,0237)	0,00591 (0,0179)	0,00802 (0,0215)	-0,0154 (0,0412)
tempo	-0,0210 (0,0519)	-0,0202 (0,0241)	-0,0119 (0,0191)	-0,0137 (0,0146)	-0,0315* (0,0171)	0,00273 (0,0312)
idade	0,0754*** (0,0157)	0,0740*** (0,00720)	0,0676*** (0,00571)	0,0686*** (0,00434)	0,0689*** (0,00512)	0,0940*** (0,00985)
idade2	-0,000803*** (0,000192)	-0,000806*** (8,78e-05)	-0,000711*** (6,94e-05)	-0,000738*** (5,24e-05)	-0,000704*** (6,14e-05)	-0,00103*** (0,000118)
feminino	-0,254*** (0,0566)	-0,111*** (0,0263)	-0,0710*** (0,0206)	-0,0842*** (0,0154)	-0,0457** (0,0184)	-0,101*** (0,0339)
negro	-0,0620 (0,106)	0,00843 (0,0491)	-0,0306 (0,0390)	-0,0913*** (0,0301)	-0,0332 (0,0356)	0,0217 (0,0675)
parda	0,00495 (0,00706)	0,00566 (0,00349)	0,00351 (0,00270)	0,00825*** (0,00201)	0,00650*** (0,00235)	0,00186 (0,00410)
amarelo	-0,263 (0,566)	0,144 (0,184)	-0,260* (0,149)	-0,0626 (0,113)	-0,111 (0,132)	0,336 (0,221)
indigena	-0,291 (0,234)	-0,442*** (0,133)	-0,422*** (0,112)	-0,327*** (0,0869)	-0,495*** (0,111)	-0,419* (0,215)
deficiente	-0,236 (0,214)	-0,114 (0,114)	0,000452 (0,0933)	0,0300 (0,0767)	0,0902 (0,0806)	0,162 (0,159)
ensino_medio	0,527*** (0,0635)	0,416*** (0,0302)	0,425*** (0,0229)	0,437*** (0,0173)	0,440*** (0,0204)	0,483*** (0,0366)
Constante	4,534*** (0,507)	4,345*** (0,426)	4,446*** (0,247)	4,529*** (0,199)	4,512*** (0,266)	3,952*** (0,470)
Observações	1.720	8.380	13.028	23.472	17.292	5.528
Número de indivíduos	860	4.190	6.514	11.736	8.646	2.764

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2018.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

TABELA A.24

Resultados do diferenças em diferenças: por valor dos empréstimos (2010-2019)

	Até R\$ 499,99	De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	De R\$ 1.000,00 a R\$ 1.999,99	De R\$ 2.000 a R\$ 4.999,99	De R\$ 5.000 a R\$ 9.999,99	Acima de R\$ 10.000
diff	-0,223 (0,199)	-0,0770 (0,0832)	0,0321 (0,0738)	0,0141 (0,0545)	0,108 (0,0656)	0,124 (0,126)
tratamento	-0,0909 (0,275)	0,0691 (0,0878)	0,0458 (0,0750)	0,105* (0,0545)	-0,0141 (0,0661)	0,0695 (0,125)
tempo	0,0535 (0,188)	-0,0444 (0,0705)	-0,0628 (0,0629)	-0,0920** (0,0462)	-0,0702 (0,0556)	-0,0740 (0,106)
idade	0,0634 (0,0534)	0,0849*** (0,0196)	0,0681*** (0,0174)	0,0798*** (0,0127)	0,0674*** (0,0153)	0,103*** (0,0316)
idade2	-0,000605 (0,000625)	-0,000883*** (0,000238)	-0,000598*** (0,000212)	-0,000785*** (0,000153)	-0,000615*** (0,000183)	-0,00101*** (0,000374)
feminino	-0,425* (0,257)	0,0107 (0,0757)	-0,0802 (0,0631)	-0,104** (0,0468)	0,00352 (0,0561)	-0,0876 (0,103)
negro	0,288 (0,394)	-0,0429 (0,144)	-0,0657 (0,128)	-0,150 (0,0972)	-0,0722 (0,110)	0,231 (0,199)
parda	-0,0165 (0,0288)	0,0111 (0,0103)	-0,0124 (0,00860)	0,00634 (0,00613)	0,000619 (0,00725)	-0,0168 (0,0145)
amarelo	-	0,610 (0,568)	0,617 (0,610)	0,445 (0,381)	0,816 (0,612)	-
indigena	-	-0,248 (0,364)	-0,0352 (0,349)	-0,187 (0,216)	-0,229 (0,268)	1,017 (0,670)
deficiente	-0,682 (0,514)	0,475* (0,269)	0,534* (0,305)	0,221 (0,224)	0,0958 (0,262)	-0,0797 (0,428)
ensino_medio	0,544* (0,292)	0,425*** (0,0839)	0,397*** (0,0720)	0,522*** (0,0517)	0,427*** (0,0618)	0,737*** (0,109)
Constante	5,594*** (1,554)	3,331*** (0,689)	4,223*** (0,555)	3,937*** (0,552)	3,660*** (0,673)	2,447** (1,158)
Observações	188	1.020	1.468	2.764	1.924	644
Número de indivíduos	94	510	734	1.382	962	322

Fontes: Microdados do Programa Crescer, 2011-2014, e do Cadastro Único, 2010 e 2019.

Elaboração dos autores.

Obs.: Entre parênteses está o desvio-padrão. * nível de significância de 0,1; ** nível de significância de 0,05; *** nível de significância de 0,01.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.